



Relatório & Contas **2025**

SISP, S.A.

Sociedade Interbancária e Sistemas Pagamentos, S.A.

Índice

Índice.....	1
MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	5
1. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS.....	8
2. SUMÁRIO EXECUTIVO	10
3. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL.....	12
4. ATIVIDADES DA EMPRESA.....	13
4.1 <i>Processamento de transações e gestão da rede</i>	13
4.2 <i>Perfil da rede vinti4</i>	14
4.3 <i>Abrangência Geográfica</i>	17
4.4 <i>Pagamento Automático</i>	18
4.5 <i>Caixa Automático</i>	19
4.6 <i>Acquiring Internacional</i>	20
4.7 <i>Pagamento de Serviço</i>	21
4.8 <i>Venda de Recargas</i>	21
4.9 <i>Pagamento Web</i>	22
4.10 <i>Televinti4</i>	22
4.11 <i>Transferência Eletrónica de Fundos (TEF)</i>	23
4.12 <i>Compensação de Cheques</i>	23
4.13 <i>Serviço SWIFT</i>	24
4.14 <i>Serviço de Certificados Digitais</i>	24
4.15 <i>Infraestruturas e Tecnologia</i>	26
4.16 <i>Capital Humano</i>	27
4.17 <i>Gestão de Risco e Controlo Interno</i>	29
4.18 <i>Investimento</i>	30
5. ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÓMICO	31
5.1 <i>Rendimentos</i>	31
5.2 <i>Outros rendimentos e juros obtidos</i>	32
5.3 <i>Gastos</i>	33

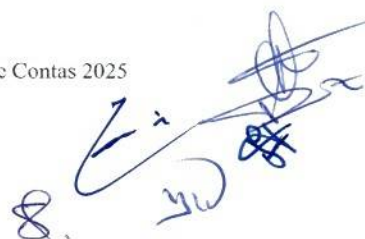
5.4 Resultado líquido do exercício	34
6. ANÁLISE DA POSIÇÃO FINANCEIRA	35
6.1 Evolução do Balanço	35
6.2 Análise dos Rácios	36
6.3 Indicadores de Gestão.....	37
6.4 Proposta de Aplicação de Resultados	38
6.5 Demonstrações Financeiras.....	39
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	43
Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.....	44
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	76
Parecer do Auditor Externo	77

Índice de gráficos

Gráfico 1: Estrutura dos Acionistas	8
Gráfico 2: Transações processadas pela SISP	13
Gráfico 3: Transações processadas na Rede vintí4	15
Gráfico 4: Número de transações realizadas em dezembro 2025	16
Gráfico 5: Terminais e Cartões	17
Gráfico 6: Distribuição Geográfica dos Terminais	18
Gráfico 7: Operações com cartão <i>not-on-us</i> em 2025	20
Gráfico 8: Estrutura etária e Género	27
Gráfico 9: Prestação de Serviços em milhões de escudos	32

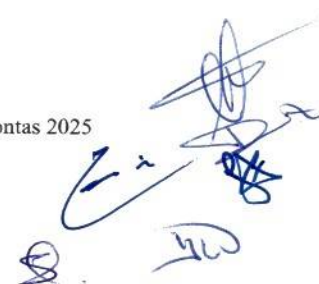
Índice de tabelas

Tabela 1: Valor de operações processadas na Rede vintí4	15
Tabela 2: Operações em Terminais de Pagamento Automático	18
Tabela 3: Operações em Caixas Automático	19
Tabela 4: Operações Pagamento de Serviço	21
Tabela 5: Operações Recargas	21
Tabela 6: Operações Pagamento Web	22
Tabela 7: Televintí4	22
Tabela 8: Operações Transferência Eletrónica de Fundos	23
Tabela 9: Operações Compensação de Cheques	23
Tabela 10: Operações SWIFT	24
Tabela 11: Serviço Certificados Digitais	25
Tabela 12: Investimento	30
Tabela 13: Demonstração de Resultado	31
Tabela 14: Gastos	33
Tabela 15: Balanço	35
Tabela 16: Indicadores de gestão	37
Tabela 17: Proposta de distribuição de dividendos	38



Siglas

A2A - Account-to-Account
ATM - *Automatic Teller Machine*
AMEX – *American Express*
DCC - *Dynamic Currency Conversion*
FSE – Fornecimento e Serviços Externos
H2H - *Host to Host*
IA - Inteligência Artificial
IASB – *International Accounting Standard Board*
IFRS - *International Financial Reporting Standards*
INE- Instituto Nacional de Estatísticas
IRPC – Imposto Rendimento Pessoa Coletiva
ISO - *International Standards Organization*
mPOS - *mobile POS*
NRF - Normas de Relato Financeiro
PC –*Personal Computer*
PCI - *Payment Card Industry*
PKI – *Public Key Infraestruture*
POS- *Point of Sales* (Ponto de Venda)
PIN – *Personal Identification Number*
SWIFT - *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*
TEF – Transferência Eletrônica de Fundos



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Caros Stakeholders

O ano de 2025 fica marcado pela contínua modernização da infraestrutura tecnológica e pelo reforço da segurança operacional.

Com a crescente digitalização da economia e do sistema financeiro, impulsionado pelas novas tecnologias, a resiliência tecnológica da instituição não é um requisito apenas de robustez institucional, mas fundamental para a manutenção da confiança no sistema de pagamentos nacional, em específico, e no sistema financeiro, no geral.

O papel que a Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A. (SISP) desempenha no mercado de pagamentos nacional é fundamental para a economia, importância que aumenta com a tendência crescente da preferência pelos canais digitais. Este papel nos interpela a envidar todos os esforços para o contínuo reforço da resiliência tecnológica, fundamental para o reforço do principal ativo crítico intangível que é a confiança na Sociedade, e, consequentemente, no Sistema de Pagamentos cabo-verdiano.

Enquanto uma das principais infraestruturas tecnológicas de pagamentos do país, a gestão adequada dos riscos, incluindo o risco cibernético, não é apenas uma questão de “*compliance*”, mas de interesse público, fundamental para a preservação da confiança no sistema financeiro.

Neste contexto, durante o ano de 2025, as atividades da SISP concentraram-se na modernização contínua da infraestrutura tecnológica, no reforço da segurança da informação, na garantia da continuidade operacional e no cumprimento rigoroso de normas e requisitos regulamentares, especialmente em contextos de sistemas críticos e ambientes transacionais.

Neste particular, destacamos a continuação da implementação da arquitetura de alta disponibilidade em modelo Ativo-Ativo, garantindo resiliência reforçada em períodos de maior volume transacional.

Foram asseguradas certificações essenciais que permitiram a continuidade e robustez dos serviços, com destaque para o serviço de pagamentos *online* internacional, e, fruto da confiança das nossas principais contrapartes, foram mantidas certificações estratégicas para o ecossistema de pagamentos e operações críticas, garantindo o alinhamento com padrões internacionais e reforçando a resiliência operacional.

De modo a fortalecer o serviço da *acquiring* internacional no parque de terminais, foi ativado o serviço de *Dynamic Currency Conversion* (DCC) em todos os POS físicos. O serviço trará maior transparência nas transações.

Em termos de transações, continuamos com a trajetória crescente das operações dos diferentes sistemas geridos pela SISP. Em 2025, foram processadas, aproximadamente, 75,7 milhões de operações, representando um crescimento global de 16%, face a 2024. A rede vint4 manteve a sua posição dominante, registando também um aumento de 16%, uma rede que tem vindo a consolidar o seu papel como “infraestrutura central” do mercado de pagamentos cabo-verdiano, fruto, também, da crescente digitalização dos serviços financeiros.

A confiança dos clientes, um ativo intangível e crítico, foi testada em 2025. Segundo o inquérito anual do Índice de Satisfação dos Clientes, realizado nos meses de outubro e novembro, a confiança indicou uma taxa de aprovação de 87%, resultado superior ao registado em 2024.

A comunicação institucional ganhou maior alcance, com campanhas reforçadas sobre segurança digital, prevenção de fraude e divulgação de serviços, sobretudo através das redes sociais. Paralelamente, foram implementadas melhorias no atendimento presencial, com foco na acessibilidade, modernização de espaços e melhoria da experiência do cliente.

O ano de 2025 fica marcado, também, pelo culminar dos dois concursos públicos tangentes à formação dos contratos necessários à construção de uma nova sede da SISP, que atenda aos critérios de segurança mais modernos. Neste quadro, almejamos que as negociações empreendidas, brevemente, culminem na construção dessa infraestrutura crítica para a Sociedade e para o mercado de pagamentos nacional.

Iniciamos, também, os primeiros debates sobre a implementação dos fatores ASG (Ambiental, Social e de Governança) na estratégia societária. Os eventos climáticos adversos, que assolaram o território nacional, nos interpelam a adotar estratégias de sustentabilidade ambiental e climática. No âmbito da responsabilidade social, diversas instituições foram apoiadas, reforçando o compromisso social da SISP. Destacamos o apoio prestado às empresas e famílias de São Vicente, face aos impactos negativos gerados pela tempestade Erin, uma vez que foi a parte do território nacional com maiores prejuízos.

A política de investimento nos recursos humanos, um dos principais ativos societários, continuou sendo reforçada, metendo-se a capacitação como um pilar central da valorização do capital humano, essencial para responder aos crescentes desafios societários, mormente de segurança.

O ano de 2025 foi marcado pelo aumento da atividade e por desafios operacionais e tecnológicos que exigiram elevada capacidade de resposta, tendo havido uma elevada taxa de resolução em tempo útil.

A SISP encerrou o ano com 67 (sessenta e sete) colaboradores, dos quais 43 (quarenta e três) do quadro efetivo e 24 (vinte e quatro) contratados a termo, representando um aumento líquido de quatro colaboradores face a 2024. Durante o período, registaram-se 7 (sete)



admissões e 3 (três) rescisões voluntárias, evidenciando um reforço seletivo das competências internas e uma taxa de rotatividade controlada.

Almejamos que a SISP continue a desempenhar o papel fundamental na eficiência e segurança do mercado de pagamentos nacional, e iremos trabalhar para o reforço da sua eficácia operacional e da segurança das suas operações, podendo, designadamente, recorrer às oportunidades trazidas pelas novas tecnologias.

O Conselho de Administração termina esta mensagem com um especial agradecimento aos acionistas, aos clientes, aos colaboradores da SISP, sem os quais os objetivos delineados não seriam atingidos, aos membros dos demais órgãos sociais e às demais partes interessadas.

O Conselho de Administração



António Carlos Semedo



Hernâni Trigueiros

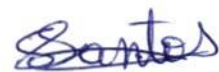


João Domingos Correia



Manuel Fernando Monteiro Pinto

Luis Vasconcelos Lopes



Soeli Santos

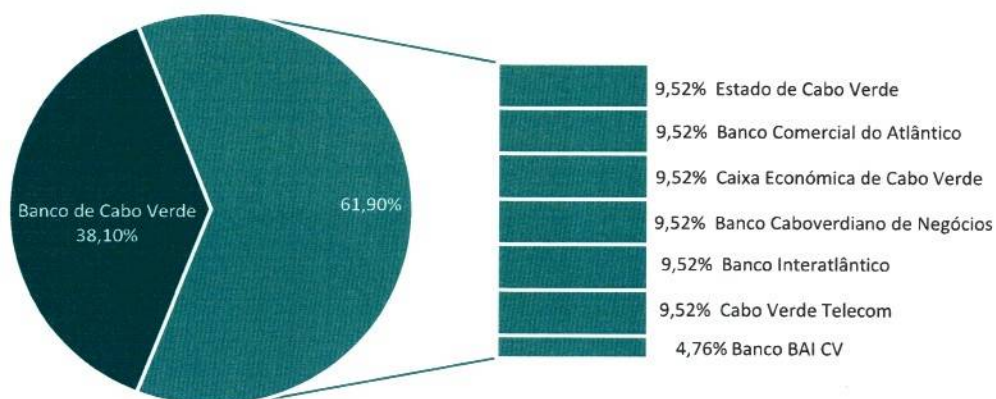


Isabel Freire (Presidente)

1. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

A Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, S.A., abreviadamente designada SISP, é uma sociedade anónima com sede na Cidade da Praia, ilha de Santiago, com um capital social de 105.000.000 CVE (cento e cinco milhões de escudos) totalmente subscrito e realizado, representado por 105.000 ações com valor nominal de mil escudos cada, detidas e distribuídas conforme o gráfico seguinte:

Gráfico 1: Estrutura dos Acionistas



[Assinaturas manuais]

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

José Henrique Alves Freire de Andrade

Secretários

Gilda Maria Medina Gomes

Dulce Lopes Chantre

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Isabel Eugénia Andrade Freire

Administradores

António Carlos Moreira Semedo

Soeli Cristina Dias Santos *

Hernâni Trigueiros

João Domingos de Barros Correia

Luís Vasconcelos Lopes

Manuel Fernando Monteiro Pinto

CONSELHO FISCAL

Presidente

Manuel Sanches Tavares Junior

Vogais

Mónica Vitoria do Espírito Santo Correia
Garcia

Ana Elizabeth Pires Carvalho Vicente

AUDITOR EXTERNO

EY Cabo Verde – Auditores e Consultores –
Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

**em exercício de funções até dezembro de 2025*

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2025 marcou a consolidação dos investimentos iniciados nos anos anteriores, reforçando a capacidade operacional da SISP e preparando a empresa para o novo patamar de escala e complexidade da atividade. Este período ficou caracterizado por estabilidade financeira, crescimento do negócio, modernização de infraestruturas críticas e continuidade na estratégia de ajustamento equilibrado dos resultados, alinhada com a transferência de ganhos para o ecossistema.

Durante 2025, manteve-se o investimento contínuo na modernização e reforço da infraestrutura tecnológica, permitindo assegurar elevados níveis de disponibilidade, resiliência e segurança operacional.

Destacam-se:

- A continuação da implementação da arquitetura de alta disponibilidade em modelo Ativo-Ativo, garantindo resiliência reforçada em períodos de maior volume transacional;
- A continuidade na renovação do parque de ATMs e POS, substituindo equipamentos no final de ciclo e aumentando a estabilidade e qualidade dos serviços no ponto de contacto com o utilizador;
- Os avanços verificados no projeto da nova sede, com o lançamento dos concursos públicos que culminaram com a escolha dos agrupamentos de empresas que serão encarregues da fiscalização e execução da obra, respetivamente, assegurando a conformidade com padrões internacionais para as próximas etapas do projeto; e
- A Renovação das certificações críticas para o negócio e focadas na melhoria da relação com os clientes.

Os serviços de pagamentos continuaram a evoluir positivamente, refletindo: a expansão consistente da base de cartões, terminais e operações; o crescimento das transações eletrónicas, impulsionado pela economia cada vez mais digitalizada; o aumento na emissão de certificados digitais, evidenciando uma crescente adesão aos serviços de confiança digital prestados pela SISP.

A SISP reforçou o seu compromisso com as equipas e com a excelência operacional: o quadro de pessoal manteve a tendência de reforço iniciada em 2024, consolidando a estrutura necessária ao crescimento do negócio; foi reforçada a presença operacional no terreno através do Centro de Manutenção de Santo Antão, garantindo maior proximidade e capacidade de resposta.

A empresa manteve e renovou certificações internacionais críticas e assegurou continuidade dos processos relacionados com as normas ISO direcionadas para a experiência do cliente e melhoria contínua.

O resultado líquido situou-se em 245,8 milhões de escudos, refletindo uma redução face a 2024, mas em linha com a estratégia definida para o exercício.

Esta diminuição resulta principalmente de:

- menor contributo de efeitos extraordinários (como ganhos de justo valor); e
- aumento dos custos variáveis e das comissões partilhadas, acompanhando o crescimento das transações.

A rentabilidade do capital próprio (ROE) e dos ativos (ROA), embora inferior à de 2024, permaneceu em níveis adequados e compatíveis com o modelo de negócio.

O aumento do Passivo Corrente, associado principalmente às compensações *acquiring*, acompanhou o crescimento das disponibilidades, mantendo coerência com a natureza da atividade.

Assim, a evolução dos rácios financeiros reflete uma gestão consciente do ciclo económico e da estratégia de redistribuição de valor aos *stakeholders*, reforçando a sustentabilidade do sistema de pagamentos nacional.

Em 2025, a SISP manteve o seu papel ativo na sociedade, apoiando várias instituições e iniciativas sociais. O investimento no desenvolvimento pessoal e profissional das equipas permaneceu como prioridade, reconhecendo o Capital Humano como o principal vetor de continuidade do crescimento e da inovação.



3. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL

O ano de 2025 manteve um cenário económico global marcado por incerteza, embora com sinais de resiliência. As projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para um abrandamento do crescimento mundial de 3,3% em 2024 para 3,2% em 2025, influenciado por tensões geopolíticas, aumentos do protecionismo e dos desafios estruturais nas maiores economias. A inflação segue tendência descendente, mas continua acima das metas em algumas economias avançadas, num enquadramento ainda vulnerável a choques externos e riscos fiscais.

Paralelamente, o Banco Mundial destaca a resiliência económica global, com previsões de crescimento em torno de 2,7% para 2025, sustentadas pelo dinamismo das economias avançadas e pela recuperação de várias economias emergentes, apesar do ambiente adverso associado a tensões comerciais e incertezas no comércio internacional.

No setor dos pagamentos, 2025 reafirma a aceleração da transformação digital. Observa-se a consolidação de infraestruturas, integração da IA (inteligência Artificial), expansão de moedas digitais e crescente relevância das carteiras digitais. Os pagamentos instantâneos e em tempo real continuam a assumir um papel crescente impulsionados pelo surgimento de novos esquemas e operadores de pagamentos, acompanhados de regulamentações mais robustas e maior foco na segurança contra fraudes digitais. Estas evoluções exigem maior eficiência operacional, resiliência tecnológica e proteção reforçada.

Em Cabo Verde, a economia manteve-se um desempenho positivo em 2025, impulsionado pelo turismo e pela melhoria do ambiente de negócios. O African Development Fund projeta um crescimento de 5,3% em 2025, após 7,3% em 2024, refletindo um ritmo ainda robusto e suportado pelo setor dos serviços. A inflação segundo o INE, registou uma ligeira subida, tendo-se fixado nos 2,3%.

Apesar dos avanços, persistem desafios sociais e estruturais: informalidade elevada, pressões sobre o emprego, emigração jovem e necessidade de ganhos de produtividade. O país continua a exigir investimento em áreas estratégicas como energias renováveis, educação e modernização tecnológica, consideradas fundamentais para acelerar o desenvolvimento. Segundo o Banco Mundial, o crescimento nacional poderá atingir 5,9% em 2025, embora sujeito a vulnerabilidades externas, nomeadamente volatilidade de preços internacionais e riscos climáticos.

A indústria nacional de pagamentos segue a tendência global de digitalização, com maior utilização de canais eletrónicos e oferta crescente de soluções inovadoras por bancos e prestadores de serviços de pagamento. O avanço das infraestruturas A2A (*Account-to-Account*), o uso de IA (inteligência artificial) na prevenção de fraude e a evolução regulatória influenciam diretamente as prioridades do sistema de compensação e liquidação no país.

Em 2025, o Banco de Cabo Verde prosseguiu com o projeto de implementação do serviço de Transferências Instantâneas, que irá permitir a movimentação de fundos em tempo real. Esta



iniciativa representará mais um marco na modernização do Sistema de Pagamentos, reforçando a eficiência e a inclusão financeira.

Os principais desafios continuam a ser o reforço da resiliência cibernética, a promoção da interoperabilidade regional e a garantia de que a inovação tecnológica se traduz em benefícios reais para consumidores, comerciantes e instituições financeiras.

4. ATIVIDADES DA EMPRESA

4.1 Processamento de transações e gestão da rede

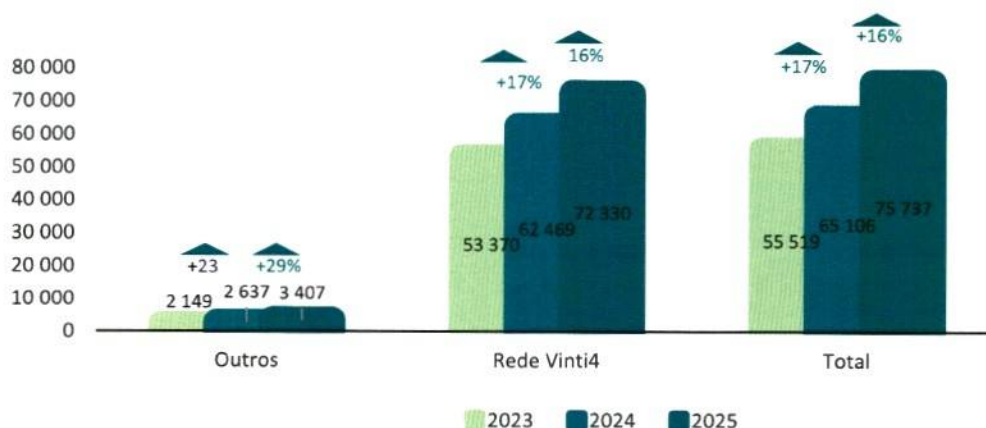
Em 2025, verificou-se uma evolução positiva nos sistemas de pagamentos, abrangendo todas as vertentes operadas pela SISP — ATM, POS, cartões, pagamentos por telemóvel e outros canais eletrónicos — conforme demonstrado no gráfico que se segue.

Foram processadas aproximadamente 75,7 milhões de operações, representando um crescimento global de 16% face a 2024.

A rede vinti4 manteve a sua posição dominante, registando também um aumento de 16%, enquanto os demais sistemas — TEF, Telecompensação de Cheques e operações “Not On Us” (operações efetuadas em redes internacionais) — registaram um crescimento agregado de 29%, reforçando a tendência de recuperação e expansão do ecossistema de pagamentos eletrónicos no país.

Gráfico 2: Transações processadas pela SISP

Valores em milhares



4.2 Perfil da rede vinti4

Em 2025, a rede vinti4 consolidou a trajetória de crescimento verificada nos últimos anos, reforçando o seu papel como infraestrutura central dos pagamentos eletrónicos em Cabo Verde. O ano ficou marcado por um aumento significativo na utilização dos diferentes canais, impulsionado pela maior digitalização dos serviços financeiros e pela preferência crescente dos consumidores por meios eletrónicos.

As transações totais na rede vinti4 alcançaram 72,3 milhões de operações, representando um crescimento de 16% face às 62,4 milhões registadas em 2024. Este desempenho confirma a expansão contínua da rede e o reforço da confiança dos utilizadores nos sistemas de pagamento eletrónico.

O POS permaneceu como o principal canal de aceitação, somando 44.050 milhares de operações e movimentando 127,3 mil milhões de escudos, o que traduz aumentos de 15% no valor transacionado e 16% no número de operações. A crescente aceitação dos pagamentos eletrónicos junto dos comerciantes e a maior cobertura da rede contribuíram para este desempenho.

O canal ATM registou 19.683 milhares de operações, correspondendo a 87,9 milhões de escudos movimentados, e apresentou aumentos de 9% no valor e 5% no volume de operações, refletindo uma utilização estável, sobretudo para operações de levantamento e consulta de saldo.

Os “outros canais” mantiveram um ritmo particularmente acelerado. Este grupo somou 8.596 milhares de operações, movimentando 39 milhões de escudos — variações de 47% no valor e 51% no número de operações, tornando-se o segmento de maior crescimento em 2025, com destaque para as transferências vinti4. Este avanço está alinhado com a tendência de digitalização e com a adoção crescente de soluções remotas, como *Internet Banking* e canais móveis.

O desempenho global de 2025 evidencia que a rede vinti4 continua a ser um pilar essencial na modernização dos pagamentos em Cabo Verde, reforçando a migração para canais eletrónicos, a eficiência das operações e a integração progressiva de soluções digitais no quotidiano dos utilizadores.



Gráfico 3: Transações processadas na Rede vinti4

Valores em milhares



Tabela 1: Valor de operações processadas na Rede vinti4

(em milhões de escudos)

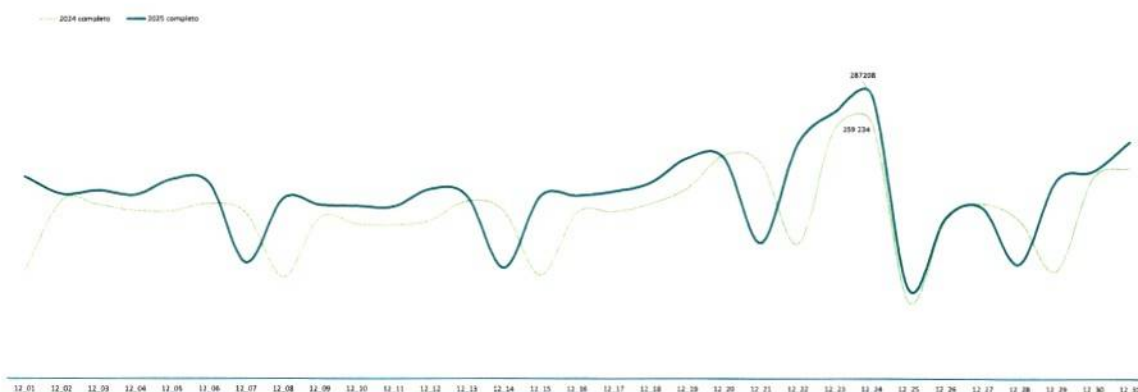
	2023	2024	2025	Variação		Peso 2025
				2023/24	2024/25	
POS	93 013	110 841	127 387	19,2%	14,9%	50,1%
ATM	68 835	80 480	87 914	16,9%	9,2%	34,6%
Outros	6 909	26 800	39 045	287,9%	45,7%	15,4%
Rede Vinti4	168 757	218 121	254 345	29,3%	16,6%	100,0%

Telemóvel, WEB e H2H

As transações referentes ao mês de dezembro evidenciam a continuidade da tendência de crescimento na utilização dos instrumentos de pagamento. Ao longo desse período, a rede vinti4 registou o processamento de 5,8 milhões de operações, abrangendo Levantamentos, Compras, Pagamentos de Serviços, Pagamentos Web, Recargas, Transferências e Depósitos. Este volume representa um aumento de 11% face ao verificado no ano anterior.

Relativamente ao pico anual, foi registado a 24 de dezembro, dia em que foram processadas 287,2 mil transações, superando as 259,2 mil, registadas na mesma data em 2024.

Gráfico 4: Número de transações realizadas em dezembro 2025

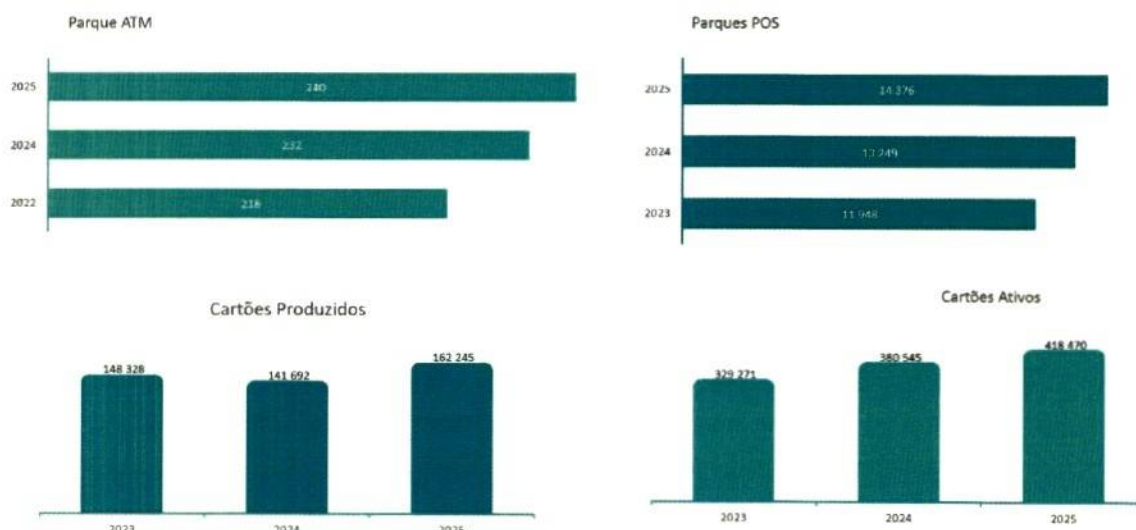


O parque de terminais POS manteve a trajetória de crescimento que se vem verificando ao longo dos últimos três anos, atingindo 14.376 unidades ativas no final de 2025. Este desempenho traduz um acréscimo de 8,5%, correspondente a 1.127 novos terminais, reforçando a expansão e aumentando a cobertura do mercado.

Relativamente aos ATM, observou-se um aumento líquido de 3,4%, com a instalação de oito novos equipamentos. Contudo, quando incluído o esforço de modernização do parque — que resultou na substituição de 49 máquinas — fazendo com que a taxa de renovação tenha superado os 24%, dando assim continuidade ao processo iniciado em 2024. Esta renovação tem sido incentivada pela política tarifária que isenta custos de manutenção no primeiro ano para novos ATM e penaliza equipamentos com mais de 15 anos, contribuindo para a melhoria da fiabilidade e eficiência operacional da rede.

Quanto à emissão de cartões, verificou-se a produção de 162.245 unidades em 2025, refletindo um crescimento de 14,5%, o que corresponde a mais 20.553 cartões face ao ano anterior. Também o número de cartões ativos evoluiu positivamente, com um acréscimo de 37.925 unidades. Estes indicadores atestam o reforço da adoção dos meios eletrónicos de pagamento e a crescente utilização da rede vintí4, tanto no âmbito dos cartões vintí4 como dos cartões destinados a operações internacionais.

Gráfico 5: Terminais e Cartões



4.3 Abrangência Geográfica

A distribuição geográfica dos terminais manteve-se uma evolução positiva. Em 2025, o parque de Caixas Automáticas (ATM's) registou um acréscimo líquido de oito novos terminais, refletindo tanto a retoma das atividades do setor hoteleiro como o reforço da estratégia dos bancos comerciais em ampliar a sua presença através deste canal, particularmente valorizado pelas populações. A ilha de Santiago continua a concentrar a maior fatia do parque, representando 49% do total de ATM.

No que diz respeito aos POS, a instalação destes equipamentos segue a mesma tendência de concentração geográfica. A ilha de Santiago reúne 45,9% dos terminais ativos, seguida por São Vicente e Sal, com 17,9% e 14,4%, respetivamente. Esta distribuição reflete a dinâmica económica das ilhas, bem como a maior densidade comercial nas regiões mencionadas.

No final de 2025, o parque total de terminais POS atingiu 14.376 unidades instaladas em todo o território nacional.

Gráfico 6: Distribuição Geográfica dos Terminais

Ilhas	ATM	POS
Santiago	118	6 602
Sal	39	2 078
São Vicente	32	2 573
Fogo	12	565
Santo Antão	11	904
São Nicolau	6	342
Boa Vista	16	972
Maio	3	213
Brava	3	127
Cabo Verde	240	14 376

4.4 Pagamento Automático

A rede de POS manteve a trajetória de expansão verificada nos últimos anos, registrando um acréscimo de 1.127 terminais face a 2024 e totalizando 14.376 equipamentos instalados em todo o país. Esta evolução reforça a presença do pagamento automático nos mais variados setores de atividade económica.

Em termos operacionais, o volume total de transações processadas nos POS atingiu 44 milhões, correspondendo a um crescimento de 15,6% relativamente às 38,1 milhões registadas em 2024.

As operações de compra continuam a dominar o canal POS, representando 93,9% do total das transações realizadas em 2025. Este tipo de operação registou um crescimento de 15,4% face ao ano anterior.

Tabela 2: Operações em Terminais de Pagamento Automático

	2023	2024	2025	Variação		Peso 2025
				2023/24	2024/25	
Compras	30 751 577	35 835 455	41 337 592	16,5%	15,4%	93,8%
Consulta de Saldo	1 333 859	1 483 194	1 826 147	11,2%	23,1%	4,1%
Recargas	181 528	217 340	240 784	19,7%	10,8%	0,5%
Outras Operações	520 298	574 775	645 771	10,5%	12,4%	1,5%
Total	32 787 262	38 110 764	44 050 294	16,2%	15,6%	100,0%

O setor do comércio manteve-se como o principal utilizador dos POS em 2025, concentrando 75% das operações de pagamento, seguido pelos setores de restauração e serviços, ambos com 10% cada.

O cartão mantém-se como o meio preferencial para pagamentos na rede, com o rácio Compra/Levantamento a situar-se em 415% em 2025, acima dos 372% registados no ano anterior, reforçando a crescente tendência de desmaterialização dos pagamentos.

O valor médio das compras realizadas em POS, durante dezembro de 2025, foi de 3.049 escudos, próximo do valor observado no período homólogo, que foi de 3.007 escudos. Esta estabilidade confirma que os cabo-verdianos utilizam cada vez mais o cartão para pagamentos de baixo valor, reduzindo assim a dependência do numerário e da falta de moedas/trocos.

4.5 Caixa Automático

Em 2025, os Caixas Automáticos registaram 19,6 milhões de transações, representando 27,2% do total das operações da rede, o que corresponde a um acréscimo de 5,4% face ao ano anterior.

A operação de levantamento manteve-se como a mais realizada, concentrando 50,6% do total. Seguiram-se as transações de consulta de saldo e consulta de movimentos, com 33,4% e 9,4%, respetivamente.

Tabela 3: Operações em Caixas Automático

	2023	2024	2025	Variação		Peso 2025
				2023/24	2024/25	
Levantamento	9 009 083	9 607 661	9 957 668	6,6%	3,6%	50,6%
Consulta de Saldo	5 813 972	6 206 198	6 574 675	6,7%	5,9%	33,4%
Consulta de Movimentos	1 683 687	1 730 650	1 846 994	2,8%	6,7%	9,4%
Recargas	334 125	309 023	294 984	-7,5%	-4,5%	1,5%
Depósito	2 649	6 708	8 631	153,2%	28,7%	0,0%
Outros	684 662	818 093	1 000 426	19,5%	22,3%	5,1%
Total	17 528 178	18 678 333	19 683 378	6,6%	5,4%	100,0%

Em dezembro de 2025, o valor médio por levantamento em Caixa Automático situou-se em 5.839 escudos, um valor ligeiramente superior ao observado no mesmo período do ano anterior (5.831 escudos).

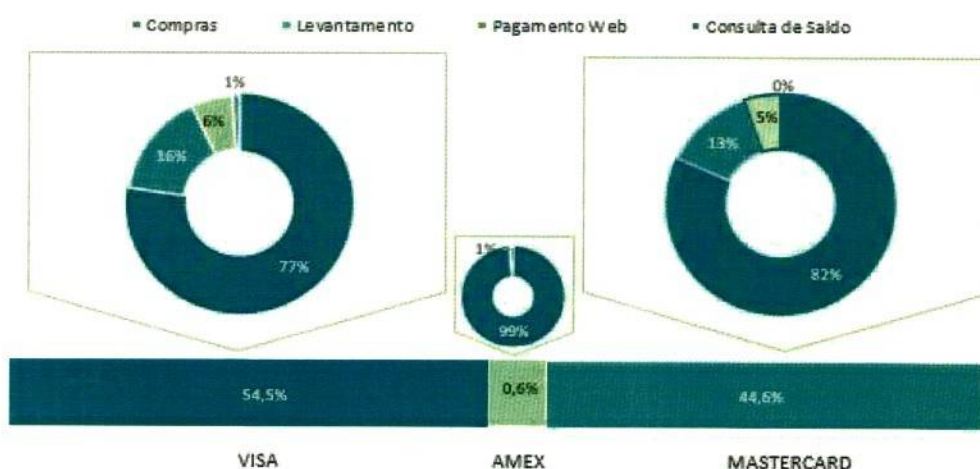
4.6 Acquiring Internacional

O serviço de *Acquiring* Internacional voltou a apresentar um crescimento acentuado, sustentado pela recuperação contínua do turismo e pelo pleno funcionamento das unidades hoteleiras. Este ambiente favorável permitiu consolidar a tendência de crescimento dos últimos anos, traduzindo-se num aumento de 36% no número de operações face ao período homólogo, e ultrapassando os 4,6 milhões de transações.

A Visa manteve-se como a marca internacional mais utilizada em Cabo Verde, concentrando 54,5% das operações, enquanto a Mastercard representou 44,6% do total. O comportamento da marca AMEX também foi expressivo: em 2025, foram processadas 45.385 operações, o que corresponde a um crescimento de 61% comparativamente ao ano anterior. Com este desempenho, a participação da AMEX passou a representar cerca de 0,6% do total das transações internacionais, reforçando a sua presença no mercado e validando a estratégia de diversificação do portfólio de aceitação. Esta evolução evidencia a crescente atratividade do país para segmentos específicos de turistas com maior poder de compra e elevados níveis de fidelização.

Tal como observado nos serviços vinti4, e em linha com a evolução dos últimos anos, as compras com cartões internacionais continuaram a ganhar relevância em relação aos levantamentos nos Caixas Automáticos. Este comportamento reflete os efeitos positivos do plano de massificação da aceitação internacional, orientado para garantir que Cabo Verde — sendo um destino cada vez mais turístico — disponha de uma rede abrangente, moderna e alinhada com padrões internacionais, abarcando todos os setores de atividade.

Gráfico 7: Operações com cartão *not-on-us* em 2025



4.7 Pagamento de Serviço

A funcionalidade de Pagamento de Serviço manteve a trajetória de crescimento consistente observada nos últimos anos. O número total de operações aumentou 21% em relação ao período homólogo, alcançando 1,33 milhões de transações. Em paralelo, o montante processado registou um incremento ainda mais expressivo, de 23,9%, totalizando 34,1 mil milhões de escudos.

O valor médio por transação situou-se em 25.556 CVE, ligeiramente acima dos 24.959 CVE registados em 2024, refletindo um aumento gradual no montante das faturas pagas através deste canal.

Tabela 4: Operações Pagamento de Serviço

	2023	2024	2025	Variação	
				2023/24	2024/25
Quantidade	939 043	1 103 335	1 335 228	17,5%	21,0%
Montante (milhões de escudos)	22 679	27 539	34 124	21,4%	23,9%

4.8 Venda de Recargas

De igual modo, a venda de recargas registou um desempenho positivo em 2025. No total, foram realizadas 2,16 milhões de transações, representando um crescimento de 16,2% face a 2024. Em termos de montante, o volume movimentado atingiu 1,16 mil milhões de escudos, o que corresponde a uma subida de 13,8%.

Este comportamento demonstra que, apesar da maior penetração de pacotes convergentes e serviços digitais, o canal de recargas continua a ser relevante para uma parte significativa dos utilizadores.

Tabela 5: Operações Recargas

	2023	2024	2025	Variação	
				2023/24	2024/25
Quantidade	1 572 567	1 860 682	2 162 890	18,3%	16,2%
Montante	860 384 699	1 015 077 764	1 155 513 304	18,0%	13,8%

4.9 Pagamento Web

O Pagamento Web reforçou o seu papel enquanto canal estratégico para o comércio eletrónico e serviços digitais. Em 2025, o número de transações cresceu 45%, atingindo 617,5 mil operações, enquanto o montante processado aumentou 29,8%, alcançando 3,29 mil milhões de escudos.

Grande parte deste crescimento foi impulsionado pelo aumento do uso de cartões internacionais, aliado à maior digitalização dos serviços e à expansão das plataformas transacionais no mercado nacional.

Tabela 6: Operações Pagamento Web

	2023	2024	2025	Variação	
				2023/24	2024/25
Quantidade	324 025	425 921	617 471	31,4%	45,0%
Montante	2 400 253 237	2 534 985 527	3 290 693 666	5,6%	29,8%

4.10 Televinti4

O canal móvel “televinti4” consolidou-se, em 2025, como o serviço com a maior taxa de crescimento relativo entre todos os canais eletrónicos da rede. O número total de operações ultrapassou 6 milhões e o volume transacionado de 15,4 mil milhões de escudos, impulsionado sobretudo pelas transferências e pelo pagamento de serviços. Estes resultados demonstram um aumento significativo na adoção do serviço e refletem o impacto positivo das ações contínuas de divulgação e de melhoria da experiência do utilizador.

A evolução do número de clientes reforça esta tendência: tanto os aderentes como os utilizadores ativos, apresentaram crescimentos expressivos quando comparados com 2024, evidenciando uma ampliação consistente da base de utilizadores e da frequência de utilização do serviço.

Tabela 7: Televinti4

	2023	2024	2025	Variação	
				2023/24	2024/25
Nº Cientes com transação	6 624	12 103	17 031	82,7%	40,7%
Cliente Ativos	14 722	24 961	33 243	69,5%	33,2%
Nº Operações	1 564 670	3 883 614	6 048 519	148,2%	55,7%
Volume	3 265 169 062	8 626 258 753	15 465 002 000	164,2%	79,3%

4.11 Transferência Eletrônica de Fundos (TEF)

O número de operações registou um acréscimo de 12,6%, atingindo 1,5 milhões de transações, enquanto o volume movimentado aumentou 17,3%, totalizando 239,2 mil milhões de escudos. O crescimento mais acentuado do volume relativamente ao número de transações indica um uso crescente do TEF para operações de valor mais elevado, o que reforça o seu papel como instrumento central de liquidação interbancária.

Tabela 8: Operações Transferência Eletrónica de Fundos

	2023	2024	2025	Variação	
				2023/24	2024/25
Quantidade	1 161 387	1 335 978	1 504 971	15,0%	12,6%
Montante (milhões de escudos)	180 324	203 948	239 159	13,1%	17,3%

4.12 Compensação de Cheques

Em 2025, o serviço de Compensação de Cheques manteve a tendência estrutural de redução no número de operações, refletindo a substituição gradual deste instrumento por meios eletrónicos mais eficientes. O número de cheques compensados diminuiu 7% face a 2024, totalizando 222,6 mil operações.

Apesar da queda em quantidade, registou-se um aumento de 1,7% no volume compensado, que atingiu 73,8 mil milhões de escudos. Este comportamento sugere que os cheques continuam a ser utilizados sobretudo em operações de alto valor, ainda que com menor frequência, alinhando-se com a tendência observada a nível internacional, onde os meios eletrónicos substituem progressivamente os instrumentos baseados em papel.

Tabela 9: Operações Compensação de Cheques

	2023	2024	2025	Variação	
				2023/24	2024/25
Quantidade	249 347	239 385	222 624	-4,0%	-7,0%
Montante (milhões de escudos)	73 213	72 552	73 817	-0,9%	1,7%



4.13 Serviço SWIFT

O serviço SWIFT, responsável pela troca de mensagens financeiras internacionais entre instituições bancárias, apresentou, em 2025, uma redução tanto nas mensagens enviadas como nas recebidas, refletindo menor atividade financeira internacional ou maior eficiência nos fluxos transacionais.

As mensagens enviadas diminuíram 5,6%, situando-se em 324,3 mil, enquanto as mensagens recebidas registaram uma queda mais acentuada, de 10,8%, totalizando 294,5 mil mensagens. No global, o total de mensagens transacionadas reduziu-se 8,2%.

Esta diminuição pode estar associada a diferentes fatores, como o aumento de automação nos processos bancários, a consolidação de transações internacionais por operações de maior volume, ou ainda migração para canais alternativos de comunicação financeira utilizados pelas instituições.

Tabela 10: Operações SWIFT

	2023	2024	2025	Variação	
				2023/24	2024/25
Mensagens Enviadas	299 098	343 528	324 274	14,9%	-5,6%
Mensagens Recebidas	307 936	330 182	294 471	7,2%	-10,8%
	607 034	673 710	618 745	11,0%	-8,2%

4.14 Serviço de Certificados Digitais

O serviço de PKI (*Public Key Infrastructure*) continuou a apresentar um desempenho muito positivo em 2025, reforçando o seu papel como componente essencial para a segurança digital e para a transformação digital dos serviços no país. O ano ficou marcado por um crescimento expressivo tanto na emissão de certificados digitais como no volume de operações de carimbo de tempo, refletindo a expansão da utilização de assinaturas eletrónicas qualificadas e do selo temporal nas organizações públicas e privadas.

A atividade global do serviço registou um aumento aproximado de 14,3%, impulsionado sobretudo pelo crescimento das assinaturas qualificadas individuais e das assinaturas em representação de pessoa coletiva, demonstrando uma adoção progressiva de mecanismos formais de autenticação e assinatura com valor legal.

O selo temporal, que continua a ser o componente mais volumoso da infraestrutura PKI, ultrapassou 58,2 milhões de registos em 2025, reforçando o papel da certificação digital como base de confiança para processos de arquivo eletrónico, autenticação de documentos e sistemas de desmaterialização.

Tabela 11: Serviço Certificados Digitais

	2023	2024	2025
Autenticação Web	48	47	58
Assinatura Qualificada Individual	2682	2904	3819
Assinatura Qualificada Representação Pessoa Coletiva	31	166	311
Selo Eletrónico	8773	8578	7 574
Selo Temporal	41 694 920	50 963 175	58 260 010
Total	41 706 454	50 974 870	58 271 772

4.15 Infraestruturas e Tecnologia

Em 2025, a SISP consolidou o seu percurso de modernização tecnológica e operacional, reforçando a prioridade dada à excelência dos serviços e ao alinhamento contínuo com padrões internacionais de segurança, qualidade e continuidade de negócio. Durante o ano, foram mantidas certificações estratégicas para o ecossistema de pagamentos e serviços críticos — como PCI-CP, PCI-DSS, PCI 3DS, ISO 9001, ISO 27001, ISO 22301, PKI, SWIFT, American Express SafeKey e DCC para Visa e Mastercard — assegurando a conformidade com normas globais atualizadas e a robustez das operações.

Num contexto internacional em que as ameaças cibernéticas continuam a evoluir em volume e complexidade, a SISP intensificou o fortalecimento da sua postura de segurança. A colaboração com equipas externas especializadas foi ampliada, permitindo elevar o nível de monitorização, resposta e prevenção.

A comunicação institucional também ganhou maior abrangência em 2025, com campanhas reforçadas sobre segurança digital, serviços e prevenção de fraude, promovidas através de redes Sociais. Paralelamente, foram realizadas melhorias adicionais nas condições de atendimento presencial, com foco em acessibilidade, modernização dos espaços e elevação da experiência do cliente.

No plano interno, avançaram iniciativas estruturantes de migração e otimização de ferramentas tecnológicas de suporte às diversas equipas, abrangendo áreas como *Support Center*, Exploração de Serviços, Gestão de Terminais, Controlo Interno, Capital Humano, Administração e Finanças, Produtos e Clientes e Sistemas de Informação. Essas iniciativas permitiram acelerar processos, reforçar integrações e promover maior eficiência nas operações diárias.

Para os colaboradores, as melhorias nas condições de trabalho foram notáveis, com a aprovação de um pacote ambicioso que incluiu benefícios diversos, aumentos salariais e mecanismos de progressão na carreira. Estas iniciativas reforçaram o compromisso da SISP com um ambiente de trabalho motivador, estável e orientado ao desenvolvimento de competências.

4.16 Capital Humano

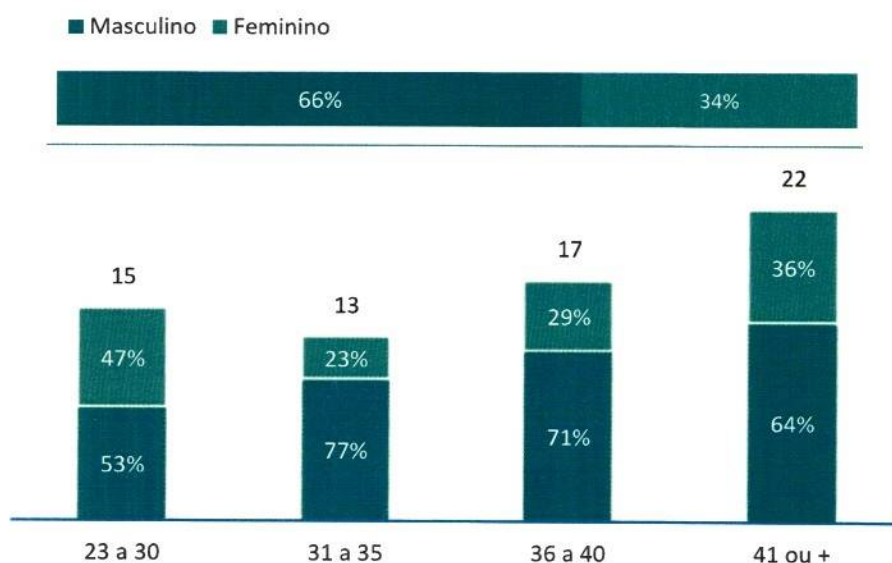
A SISP encerrou o ano de 2025 com um total de 67 colaboradores, dos quais 43 pertencentes ao quadro efetivo e 24 com contratos a termo certo — um aumento líquido de quatro colaboradores face a 2024. Durante o ano, foram registadas 7 admissões e 3 rescisões voluntárias, refletindo uma dinâmica de reforço seletivo da equipa e uma taxa de rotatividade controlada.

A distribuição geográfica dos recursos humanos mantém-se alinhada com o modelo operacional da empresa. Embora a presença da SISP se estenda às principais ilhas — Santiago - Praia (sede), São Vicente, Santo Antão, Sal, Boa Vista, Fogo/Brava e Santiago Norte — a sede na Praia concentra 88% do total de colaboradores, o que confirma o papel central do polo da capital na coordenação das operações e no suporte técnico especializado.

Em termos de composição por género, observa-se a continuidade da predominância masculina no quadro técnico da empresa. Em 2025, os colaboradores do sexo masculino representam 66% do total, ligeiramente acima dos 62% registados no ano anterior. Este comportamento sugere que há espaço para reforçar estratégias de equilíbrio de género, particularmente em áreas técnicas mais especializadas.

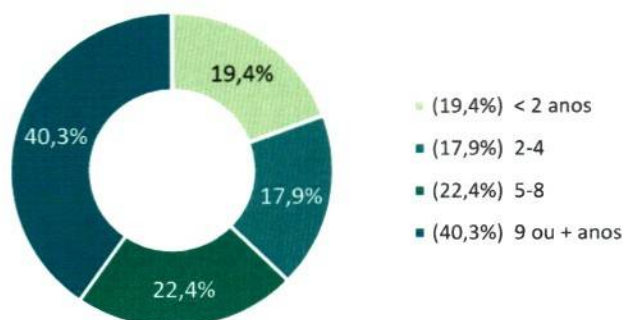
A análise etária evidencia uma estrutura de recursos humanos relativamente jovem, com forte presença de profissionais entre os 23 e 40 anos, representando 66% do total. A diversidade geracional contribui para uma combinação equilibrada entre experiência acumulada e capacidade de absorção de novas tecnologias.

Gráfico 8: Estrutura etária e Género



[Assinaturas manuais]

Gráfico 9: Distribuição por anos de Serviço



4.16.1 Desenvolvimento e Formação

A Política de Gestão Estratégica de Capital Humano da SISP mantém o foco no desenvolvimento de competências e na valorização do saber fazer. A estratégia privilegia a polivalência, a criatividade, a capacidade de adaptação, o autoaprendizagem e a abertura à mudança — elementos essenciais para assegurar a resiliência operacional e a continuidade do negócio numa empresa de pequena dimensão, mas de alta disponibilidade, como a SISP.

A formação continua a ser um dos pilares centrais da valorização do capital humano, tanto a nível individual como coletivo. Ao longo do ano, foram promovidas 16 ações de formação em diversas áreas de conhecimento, contabilizando 48 participações.

Os temas abordados foram diversificados, com destaque para segurança da informação, administração de bases de dados, gestão de projetos, resolução de disputas, gestão fiscal, língua inglesa, entre outros.

Quanto às modalidades de formação, 69% das participações ocorreram em regime remoto e 31% em formato presencial. No conjunto das formações remotas, 90% foram ministradas por formadores e 10% realizadas em regime de autoestudo através de conteúdos digitais gravados.

4.17 Gestão de Risco e Controlo Interno

Em 2025, a área de Controlo Interno — que integra as funções de Auditoria Interna, Qualidade & Risco e Jurídico & Compliance — deu continuidade ao seu contributo para o reforço dos mecanismos de controlo, governança e conformidade da SISP, tendo a equipa sido reforçada com a integração de mais um colaborador, na vertente de *compliance* técnica.

Ao longo do ano, manteve-se um foco especial nos processos considerados críticos, assegurando, simultaneamente, a evolução gradual dos procedimentos transversais a toda a organização.

No âmbito das suas responsabilidades, a equipa garantiu o acompanhamento sistemático das seguintes atividades essenciais:

- Execução do plano anual de auditorias, tanto internas como externas;
- Desenvolvimento contínuo do Sistema Integrado de Gestão (SIG);
- Renovação das certificações nacionais e internacionais consideradas críticas para a operação;
- Consolidação e obtenção de novas certificações ISO;
- Supervisão dos exercícios de continuidade de negócio;
- Atualização permanente dos requisitos de conformidade legal e regulatória;
- Prestação de apoio jurídico às diversas áreas da empresa;
- Instituição e elaboração da primeira edição do Reporte de Controlo Interno Trimestral.

Adicionalmente, foi realizada a gestão ativa das deficiências de controlo interno identificadas, com o objetivo de mitigar riscos e eliminar fragilidades sempre que possível. Durante o ano, foram também promovidas iniciativas relevantes de simplificação, padronização e automatização de processos e reportes, e fortalecer todo o Sistema Integrado de Gestão.

4.18 Investimento

O montante total de investimentos realizados pela SISP atingiu 94,9 milhões de escudos, correspondente a 4,8% das receitas de exploração. Este rácio representa uma redução significativa face a 2024, ano em que o investimento totalizara 232,1 milhões de escudos, equivalente a 13,5% das receitas.

Esta desaceleração deveu-se principalmente ao adiamento de alguns projetos estratégicos, decorrente de fatores externos que condicionaram o setor, bem como da reavaliação da estratégia de negócios da SISP, que levou ao diferimento de algumas iniciativas para exercícios subsequentes.

Os investimentos efetuados, em 2025, concentraram-se sobretudo em:

- aquisição de terminais de pagamento;
- reforço de equipamentos e infraestruturas tecnológicas;
- aquisição e atualização de software; e
- serviços de consultoria alocados ao projeto da nova sede.

Estas áreas refletem o compromisso da SISP com a modernização tecnológica, a melhoria da capacidade operacional e a criação de condições para suportar o crescimento.

Tabela 12: Investimento

Item	Previsto (CVE)	Executado (CVE)	Tx. Concret.
Ativos intangíveis	93 000 000	21 226 341	22,82%
Ativos tangíveis	131 000 000	64 384 366	49,15%
Sub-Total	224 000 000	85 610 707	38,22%
Projeto e Início da Obra (65%)	261 000 000	9 367 232	3,59%
TOTAL	485 000 000	94 977 939	

O financiamento foi efetuado na sua totalidade com recurso a fundos próprios da SISP.

5. ANÁLISE DO DESEMPENHO ECONÓMICO

A Demonstração de Resultados do exercício apresenta a evolução do desempenho económico da empresa ao longo do ano, permitindo identificar tendências, avaliar a eficiência operacional e compreender os principais fatores que influenciaram o resultado líquido.

Tabela 13: Demonstração de Resultado

SISP- Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos

Demonstrações de Resultados por natureza em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em Escudos de Cabo Verde)

Descrição	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Var. Abs 25/24	Var. % 25/24
Prestação de serviços e vendas	14	1 961 523 040	1 717 489 422	244 033 618	14,21%
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	(25 280 939)	(58 937 507)	33 656 568	57,11%
Resultado operacional bruto		1 936 242 101	1 658 551 915	277 690 186	16,74%
Fornecimentos e serviços terceiros	15	1 254 368 270	1 015 782 066	238 586 204	23,49%
Gastos com pessoal	16	175 342 646	157 235 146	18 107 500	11,52%
Aumentos/redução do justo valor	6	(9 623 654)	145 783 996	(155 407 650)	-106,60%
Imparidades de ativos	10	(3 040 068)	(9 502 123)	6 462 055	-68,01%
Outros gastos	17	35 310 645	30 039 900	5 270 745	17,55%
Outros rendimentos e ganhos	17	3 879 394	1 109 479	2 769 915	249,66%
Resultado antes de amortizações perdas e ganhos de financiamento e imposto - EBITDA		462 436 212	592 886 154	(130 449 942)	-22,00%
Gastos depreciação e amortização	5	140 825 956	134 361 850	6 464 106	4,81%
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e imposto) - EBIT		321 610 256	458 524 304	(136 914 048)	-29,86%
Juros e ganhos obtidos	18	4 295 808	4 278 505	17 303	0,40%
Juros e perdas suportados	18	(11 900 223)	(13 040 286)	1 140 063	-8,74%
Resultado Antes de impostos		314 005 841	449 762 523	(135 756 682)	-30,18%
Imposto sobre rendimento do período	19	(68 196 404)	(97 235 448)	29 039 044	-29,86%
Resultado Líquido do Período		245 809 437	352 527 075	(106 717 639)	-30,27%

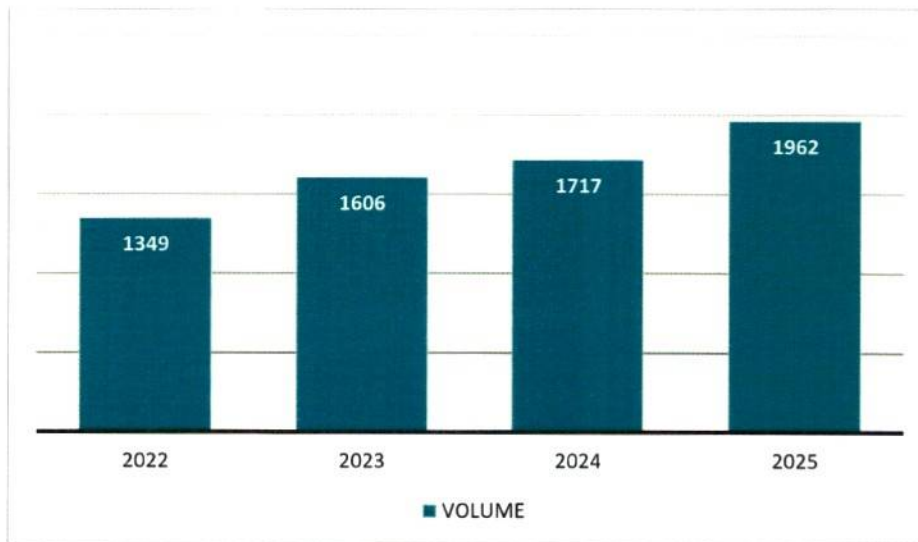
5.1 Rendimentos

Em 2025, os rendimentos totais alcançaram 1.969,6 milhões de escudos, traduzindo-se num crescimento de 5,4% face a 2024, o que corresponde a um incremento absoluto de 101 milhões de escudos. Este desempenho positivo foi impulsionado, sobretudo, pelo aumento das receitas de prestação de serviços, que continuam a representar a principal fonte de geração de rendimentos da SISP.

As receitas provenientes da prestação de serviços e vendas atingiram 1.961,5 milhões de escudos, refletindo um acréscimo de 244 milhões de escudos relativamente ao ano anterior. Este crescimento resulta, maioritariamente, da evolução favorável dos serviços ligados à

atividade core da Sociedade, com destaque para o Pagamento Automático, que representou cerca de 78% do crescimento total das receitas operacionais.

Gráfico 9: Prestação de Serviços em milhões de escudos



5.2 Outros rendimentos e juros obtidos

Os Outros rendimentos e juros obtidos totalizaram 8,2 milhões de escudos, representando uma redução face a 2024 de 51,7% menos 2,8 milhões de escudos, derivado dos seguintes fatores:

- ganhos de financiamento provenientes de depósitos a prazo e instrumentos equivalentes, que totalizaram 4,3 milhões de escudos, mantendo-se alinhados com o valor registado em 2024;
- outros rendimentos, maioritariamente associados à alienação de ativos, atingiram 3,8 milhões de escudos, comparativamente aos 1,1 milhões de escudos observados no ano anterior, refletindo um crescimento significativo nesta rubrica.

A 31 de dezembro de 2025, as ações da Visa estavam cotadas a 350,71 USD na Bolsa de Nova Iorque, acima dos 316,04 USD registados no final do período homólogo. No cálculo do justo valor, foi aplicada a taxa de câmbio do Banco de Cabo Verde de 93,888 CVE/USD. Apesar da apreciação do valor das ações, a depreciação do dólar no final do ano face ao escudo cabo-verdiano anulou parte desse ganho, traduzindo-se numa redução líquida de 9,6 milhões de escudos no justo valor registado em dezembro. Este efeito cambial explica, portanto, a inversão observada na rubrica de aumentos/reduções do justo valor, que passou de um ganho de 145,8 milhões de escudos, em 2024, para uma perda de 9,6 milhões de escudos em 2025.

5.3 Gastos

Os gastos totais atingiram 1.655,6 milhões de escudos em 2025, representando um acréscimo de 16,7% (+236,8 milhões) face ao período homólogo. Este aumento é explicado, essencialmente, pela evolução dos Fornecimentos e Serviços de Terceiros (FST), em particular os gastos diretos relacionados com a atividade de *acquiring* e comissões de compras POS, que acompanham o crescimento das receitas.

A tabela seguinte apresenta a composição detalhada dos gastos e a sua evolução entre 2024 e 2025:

Tabela 14: Gastos

	2025	2024	Var. Abs 25/24	Var. % 25/24
Total	1 655 692 401	1 418 898 878	236 793 523	16,69%
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	25 280 939	58 937 507	(33 656 568)	-57,11%
Fornecimentos e serviços terceiros	1 254 368 270	1 015 782 066	238 586 204	23,49%
Gastos com pessoal	175 342 646	157 235 146	18 107 500	11,52%
Imparidades de ativos	3 040 068	9 502 123	(6 462 055)	-68,01%
Outros gastos	35 310 645	30 039 900	5 270 745	17,55%
Ajustamento do justo valor	9 623 654	0	9 623 654	100,00%
Gastos depreciação e amortização	140 825 956	134 361 850	6 464 106	4,81%
Juros e perdas suportados	11 900 223	13 040 286	(1 140 063)	-8,74%

Os gastos com o pessoal totalizaram 175,3 milhões de escudos, um acréscimo de 11,5% face a 2024, explicado por atualizações salariais, progressões e reclassificações, novas contratações e registo de prémios no período.

O rácio Gastos com o Pessoal / Prestação de Serviços situou-se em 8,9% em 2025, face a 8,4% em 2024, evidenciando uma melhoria de 0,6 p.p. Em termos de peso nos gastos totais, o pessoal representou 10,2% em 2025, contra 10,4% no ano anterior, reforçando a eficiência relativa desta rubrica.

As depreciações e amortizações ascenderam a 140,8 milhões de escudos, um crescimento de 4,8%, refletindo os investimentos efetuados tanto em 2025 como nos anos anteriores. As depreciações e amortizações corresponderam a 7,1% dos rendimentos totais em 2025 (face a 7,2% em 2024), demonstrando estabilidade no perfil de desgaste dos ativos.

O rácio CAPEX / receitas operacionais registou 4,8%, bastante inferior ao registado no período homólogo que foi de 13,5%. Esta desaceleração deveu-se principalmente ao adiamento de alguns projetos estratégicos, decorrente de fatores externos que condicionaram o setor, bem como da reavaliação da estratégia de negócios da SISP, que levou ao diferimento de algumas iniciativas para exercícios subsequentes.

A rubrica de imparidades totalizou 3 milhões de escudos, incluindo: provisões para cobrança duvidosa e imparidades de outros ativos, verificou-se uma redução de 6,4 milhões de escudos (-68%) face a 2024, refletindo melhorias nos processos de recuperação e na qualidade da carteira de clientes.

Os GMVMC registaram uma diminuição significativa de 33,6 milhões de escudos (-57%), explicada principalmente pela redução dos custos associados à aquisição de ATMs para revenda aos bancos, cujo volume foi inferior ao observado no exercício anterior.

A rubrica “Outros Gastos” totalizou 35,3 milhões de escudos, comparativamente a 30 milhões em 2024, sendo constituída essencialmente por: imposto de selo, quotizações e donativos. O acréscimo é explicado sobretudo pelo aumento de imposto de selo derivado do crescimento das receitas associadas.

Os juros e perdas suportadas totalizaram 11,9 milhões de escudos, representando um decréscimo de 1,1 milhão face ao período homólogo. Esta variação resulta, principalmente, do registo tardio de juros relativos a anos anteriores, ocorrido em 2024, associados à garantia bancária da SISP junto dos bancos comerciais.

5.4 Resultado líquido do exercício

O Resultado Líquido do exercício de 2025 ascendeu a 245,8 milhões de escudos, traduzindo uma diminuição de 30,2% face a 2024 (-106,7 milhões de escudos).

Esta redução resulta de um conjunto de fatores combinados, com destaque para:

- aumento da exposição a custos variáveis do *acquiring*;
- menor contributo de efeitos extraordinários (como ganhos de justo valor);
- amortizações crescentes derivadas de investimentos estratégicos; e
- a subida moderada dos gastos com o pessoal.

O EBITDA registou uma redução de 22% entre 2024 e 2025, passando de 592,9 milhões de escudos para 462,4 milhões de escudos. A queda do EBITDA acompanha a pressão em rubricas core, sobretudo FST, que por sua natureza têm impacto direto e imediato sobre o desempenho operacional.

Apesar disso, a empresa manteve um resultado líquido sólido, demonstrando: capacidade de reação em ambiente de custos mais exigente, resiliência do modelo de negócio, e sustentabilidade financeira mesmo num cenário de margens comprimidas.



6. ANÁLISE DA POSIÇÃO FINANCEIRA

6.1 Evolução do Balanço

O Ativo Líquido atingiu 2.663 milhões de escudos em 2025, um aumento de 12% (mais 286,3 milhões de escudos), face aos 2.376,7 milhões de escudos registados em 2024.

O crescimento do ativo deveu-se sobretudo ao aumento do Ativo Corrente, que cresceu 341,9 milhões de escudos (+25,1%), impulsionado principalmente por:

- Depósitos Bancários (+306,0 milhões; +36,0%);
- Dívidas a Curto Prazo (+12,1 milhões; +2,6%), influenciadas pela liquidação internacional; e
- Inventários (+9,1 milhões; +20,9%).

Em contrapartida, o Ativo Não Corrente apresentou uma redução de -55,5 milhões de escudos (-5,5%), influenciada pela diminuição de todas a rubricas.

Tabela 15: Balanço

Ativo	31/12/2025	31/12/2024	Var. Abs 25/24	Var. % 25/24
Ativo não Correntes	961 226 021	1 016 764 061	(55 538 040)	-5,46%
Ativos Fixos Tangíveis	246 525 669	272 474 993	(25 949 324)	-9,52%
Ativos Intangíveis	80 649 173	100 614 235	(19 965 062)	-19,84%
Participação Financeira	634 051 179	643 674 833	(9 623 654)	-1,50%
Ativo Corrente	1 701 789 793	1 359 927 211	341 862 582	25,14%
Inventários	52 727 219	43 615 832	9 111 387	20,89%
Dívidas a Curto Prazo	479 365 411	467 305 967	12 059 444	2,58%
Estado e outros entes públicos	14 672 642	-	14 672 642	100,00%
Depósitos Bancários	1 155 024 521	849 005 412	306 019 109	36,04%
Total do Ativo	2 663 015 814	2 376 691 272	286 324 542	12,05%
Capital Próprio	1 730 040 226	1 766 252 448	(36 212 222)	-2,05%
Capital Social e Reservas	1 330 530 789	1 260 025 373	70 505 416	5,60%
Prémios de Emissão	153 700 000	153 700 000	-	-
Resultado Líquido do Período	245 809 437	352 527 075	(106 717 639)	-30,27%
Passivo	932 975 588	610 438 824	322 536 764	52,84%
Passivo Corrente	932 975 588	610 438 824	322 536 764	52,84%
Capital próprio + passivo	2 663 015 814	2 376 691 272	286 324 542	12,05%

O Capital Próprio totalizou 1.730 milhões de escudos em 2025, representando uma redução de 36,2 milhões de escudos (-2%).

Esta variação resulta principalmente de:

- Diminuição do resultado líquido de 2025 (-106,7 milhões de escudos; -30,3%);
- Parcialmente compensada pelo aumento das reservas (+70,5 milhões; 5,6%).

Passivo

O Passivo registou um aumento expressivo de 52,8%, passando de 610,4 milhões para 932,9 milhões de escudos (+322,5 milhões). O aumento concentra-se totalmente no Passivo Corrente, influenciado sobretudo pela dívida temporária de compensação associada ao negócio *acquiring*, correspondente ao valor em dívida do Banco de Cabo Verde no final do período.

A evolução do passivo corrente está alinhada com o aumento do ativo corrente, especialmente das disponibilidades.

6.2 Análise dos Rácios

A análise dos principais rácios financeiros evidencia uma ligeira diminuição face ao período homólogo. Apesar dessa redução, os indicadores mantêm-se em níveis confortáveis e demonstram que a empresa continua financeiramente sólida, eficiente e com desempenho operacional consistente.

A variação observada resulta, em grande medida, da estratégia implementada para o exercício, focada na redução sustentável e equilibrada dos resultados e na transferência dos ganhos de escala e eficiência para os *stakeholders*, em linha com o posicionamento institucional. Adiciona o menor contributo de efeitos extraordinários (como ganhos de justo valor) com impacto direto no resultado do período quando comparado com o período homólogo.

A Rentabilidade dos Ativos (ROA) e dos Capitais Próprios (ROE) fixou-se em 9,2% e 14,2%, respetivamente, em 2025, contrastando com 14,8% e 20% registados em 2024. Esta redução decorre principalmente do abrandamento do Resultado Líquido, influenciado pelo aumento de custos diretos associados ao crescimento da atividade.

O rácio *Cost-to-Income* situou-se em 82,8% em 2025, face aos 79,9% de 2024, traduzindo uma ligeira redução da eficiência operacional.

Este comportamento está diretamente associado à evolução dos custos operacionais variáveis, sobretudo aqueles ligados ao incremento do volume de transações, o que por sua natureza acompanha a expansão da atividade e indica maior utilização da rede.

O rácio Gastos com Pessoal / Receita de Serviços aumentou de 8,4% para 8,9%, refletindo uma maior pressão relativa dos custos de pessoal. Ainda assim, permanece claramente abaixo dos

valores médios do setor, reforçando a competitividade e a capacidade de gestão eficiente dos recursos humanos.

6.3 Indicadores de Gestão

O Indicador de Rendibilidade EBITDA (excluindo o impacto do justo valor, imparidades e provisões) registou um decréscimo de 4 por cento.

Em termos prudenciais, a SISP continua a apresentar uma situação bastante sólida. Em 2025 os fundos próprios atingiram 1.429,5 milhões de escudos, o rácio de Cobertura de Imobilizado 506,1 por cento e o rácio de Solvabilidade 63,3 por cento, continuando muito acima do mínimo exigido pelo Banco de Cabo Verde.

Tabela 16: Indicadores de gestão

Rácios	2025	2024	2023	Variação
Rendibilidade				
EBITDA*	475,1 mCVE	456,6 mCVE	579,4 mCVE	4,05%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	14,21%	19,96%	23,82%	-28,82%
Rendibilidade do Ativo (ROA)	9,23%	14,83%	15,93%	-37,76%
Rendibilidade Líquida das Vendas	12,53%	20,53%	25,89%	-38,96%
Eficiência Operacional				
Prazo Médio de Recebimentos	68	67	57	1,36%
Liquidez Geral	1,82	2,23	2,12	-18,20%
Liquidez Reduzida	1,77	2,16	2,07	-18,17%
Liquidez Imediata	1,24	1,39	1,22	-10,94%
Gastos com pessoal/Gastos	10,6%	10,4%	12,0%	0,2%
Gastos com pessoal/Receitas	8,9%	8,4%	8,6%	0,5%
Indicadores Prudenciais				
Fundos Próprios	1.429,5 mCVE	1.500,7 mCVE	1.438 mCVE	-0,59%
Solvabilidade	63,3%	66,7%	68,8%	-5,1%
Cobertura do Imobilizado	506,1%	512,5%	889,6%	-1,2%

* EBITDA (excluindo o impacto do justo valor, imparidades e provisões)

6.4 Proposta de Aplicação de Resultados

No exercício de 2025, a SISP apresentou um resultado líquido de 245.809.437 CVE.

Tomando em consideração a política de distribuição de dividendos e fazendo uso da prerrogativa que lhe é atribuída por Lei e pelos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, que, nos termos legais e estatutários aplicáveis, o resultado líquido, do exercício de 2025, seja distribuído de seguinte forma:

Tabela 17: Proposta de aplicação de resultado

	%	Valor
Dividendos	60%	147 485 662 CVE
Reservas Livres	40%	98 323 775 CVE
Total		245 809 437 CVE

Considerando o cumprimento das reservas legais e prudenciais, bem como o grau satisfatório de capitalização da empresa, o Conselho de Administração deliberou propor a distribuição de dividendos a 60%, com 40% alocados às Reservas Livres.

O Conselho de Administração entende que esta proposta é adequada, considerando a evolução positiva da situação patrimonial da empresa, a sustentabilidade dos resultados líquidos e a melhoria da qualidade dos ativos, robustecendo os fundos próprios da Instituição e assegurando a reposição da remuneração dos capitais investidos, que é um indicador essencial em qualquer Instituição sólida, sem descuidar o princípio prudencial de cautela na gestão de médio prazo com o reforço das reservas, em particular ante as incertezas trazidas pelo contexto internacional ou pela construção da nova sede cujo orçamento, no atual contexto, sofreu aumentos significativos comparativamente aos inicialmente previstos.

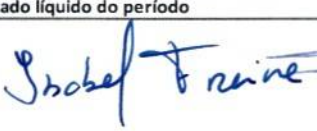
6.5 Demonstrações Financeiras

SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos

Demonstrações de Resultados por natureza em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Montantes expressos em Escudos de Cabo Verde)

Rubricas	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Varição 25/24	Var% 25/24
Prestação de serviços e vendas	14	1 961 523 040	1 717 489 422	244 033 618	14,21%
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	(25 280 939)	(58 937 507)	33 656 568	57,11%
Resultado operacional bruto		1 936 242 101	1 658 551 915	277 690 186	16,74%
Fornecimento e serviços externos		1 254 368 270	1 015 782 066	238 586 204	23,49%
Gastos com pessoal	16	175 342 646	157 235 146	18 107 500	11,52%
Remunerações	16	133 869 004	119 252 567	14 616 437	12,26%
Encargos sociais	16	20 069 852	18 270 267	1 799 585	9,85%
Formação	16	4 825 772	5 384 437	(558 665)	-10,38%
Prémio Produtividade	16	12 126 579	10 381 937	1 744 642	16,80%
Seguros	16	2 153 728	1 935 648	218 080	11,27%
Outros gastos com pessoal	16	2 297 711	2 010 290	287 421	14,30%
Ajustamento de inventários - Aumentos	7 e 10	(1 054 605)	(1 948 502)	893 897	-45,88%
Aumentos/redução do justo valor	6	(9 623 654)	145 783 996	(155 407 650)	-106,60%
Ajustamentos imparidade clientes/Out Devedores	10	(1 985 463)	(7 553 621)	5 568 158	-73,72%
Outros Gastos	17	35 310 645	30 039 900	5 270 745	17,55%
Outros rendimentos e ganhos	17	3 879 394	1 109 479	2 769 915	249,66%
Resultado antes de amortizações perdas/ganhos de financiamento e imposto		462 436 212	592 886 154	(130 449 942)	-22,00%
Gastos com depreciação e amortização	5	140 825 956	134 361 850	6 464 106	4,81%
Ativos intangíveis	5	41 191 402	35 828 817	5 362 585	14,97%
Ativos fixos tangíveis	5	99 634 554	98 533 033	1 101 521	1,12%
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e imposto)		321 610 256	458 524 304	(136 914 048)	-29,86%
Juros e ganhos obtidos	18	4 295 808	4 278 505	17 303	0,40%
Juros e perdas suportados	18	(11 900 223)	(13 040 286)	1 140 063	8,74%
Resultado antes de impostos		314 005 841	449 762 523	(135 756 682)	-30,18%
Imposto sobre rendimento do período	19	(68 196 404)	(97 235 448)	29 039 044	29,86%
Resultado líquido do período		245 809 437	352 527 075	(106 717 639)	-30,27%







SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos
 Balanços em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
 (Montantes expressos em Escudos de Cabo Verde)

Rubricas	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Período Homólogo	
				Variação 25/24	Var% 25/24
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	5	246 525 669	272 474 993	(25 949 324)	-9,5%
Terrenos		10 324 248	10 324 248	-	0,0%
Edifícios e outras construções		617 072	689 665	(72 593)	-10,5%
Equipamento básico		158 756 455	167 021 858	(8 265 403)	-4,9%
Equipamento de transporte		20 850 031	13 656 006	7 194 025	52,7%
Equipamento administrativo		3 242 147	3 270 506	(28 359)	-0,9%
Adiantamento por conta de activos fixos tangíveis		52 735 716	77 512 710	(24 776 994)	-32,0%
Ativos intangíveis	5	80 649 173	100 614 235	(19 965 062)	-19,8%
Programa do computador (Software)		44 735 220	80 273 423	(35 538 203)	-44,3%
Adiantamento por conta de ativos intangíveis		35 913 953	20 340 812	15 573 141	76,6%
Participação Financeira - outros métodos	6	634 051 179	643 674 833	(9 623 654)	-1,5%
Partes de capital		634 051 179	643 674 833	(9 623 654)	-1,5%
Total do ativo não corrente		961 226 021	1 016 764 061	(55 538 040)	-5,5%
Ativo corrente					
Inventários	7	52 727 219	43 615 832	9 111 387	20,9%
Mercadorias	7	14 964 054	1 977 644	12 986 410	656,7%
Materiais primas, subsidiárias e de consumo	7	37 763 165	41 638 188	(3 875 023)	-9,3%
Clientes	11	207 195 247	288 792 836	(81 597 589)	-28,3%
Outras contas a receber	11	217 961 421	121 737 375	96 224 046	79,0%
Estados e outros entes públicos	13	14 672 642	-	14 672 642	
Diferimentos	8	54 208 743	56 775 756	(2 567 013)	-4,5%
Depósitos bancários	4	1 155 024 521	849 005 412	306 019 109	36,0%
Total do ativo corrente		1 701 789 793	1 359 927 211	341 862 582	25,1%
Total do ativo		2 663 015 814	2 376 691 272	286 324 542	12,0%
CAPITAL PRÓPRIO e PASSIVO					
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital	9	105 000 000	105 000 000	-	0,0%
Prémios de Emissão		153 700 000	153 700 000	-	0,0%
Reservas legais	9	125 688 661	125 688 661	-	0,0%
Reservas livres	9	255 769 972	185 264 557	70 505 415	38,1%
Outras reservas	9	789 305 831	789 305 831	0	0,0%
Resultados transitados		54 766 325	54 766 324	1	0,0%
Resultado líquido do período		245 809 437	352 527 075	(106 717 639)	-30,3%
Total de capital próprio		1 730 040 226	1 766 252 448	(36 212 222)	-2,1%
PASSIVO					
Passivo não corrente		-	-	-	
Total do passivo não corrente		-	-	-	
Passivo corrente					
Fornecedores - investimentos	11	553 994	21 283 374	(20 729 380)	-97,4%
Fornecedores - conta corrente	11	35 211 281	42 034 325	(6 823 044)	-16,2%
Compensação Visa/Mastercard/amex	12	642 443 343	198 414 980	444 028 363	223,8%
Estado e outros entes públicos	13	29 385 301	38 399 889	(9 014 588)	-23,5%
Outras contas a pagar	11	170 643 487	265 240 165	(94 596 678)	-35,7%
Acréscimo de gastos	8	44 503 079	38 463 691	6 039 388	15,7%
Diferimentos de rendimentos	8	10 235 103	6 602 400	3 632 703	55,0%
Total do passivo corrente		932 975 588	610 438 824	322 536 764	52,8%
Total do Passivo		932 975 588	610 438 824	322 536 764	52,8%
Total do capital próprio e passivo		2 663 015 814	2 376 691 272	286 324 542	12,0%

(Montantes expressos em Escudos de Cabo Verde)

Area Administrativa e Financeira

O Conselho de Administração

[Handwritten signature]

SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos
 Demonstração de Alterações no Capital Próprio em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
 (Montantes expressos em Escudos de Cabo Verde)

Descrição	Notas	Capital Realizado	Prêmios de Emissão	Reservas Legais	Reservas Livres	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024		105 000 000	153 700 000	125 688 661	102 064 276	789 305 831	54 766 324	416 001 405	1 746 526 498
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO									
Resultado Líquido do Período	9	-	-	-	-	-	-	352 527 075	352 527 075
Aplicação do Resultado Líquido		-	-	-	83 200 281	-	-	(83 200 281)	-
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		105 000 000	153 700 000	125 688 661	185 264 557	789 305 831	54 766 324	685 328 199	2 099 053 573
Realizações de Capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de Prêmios de Emissão		-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições Dividendos		-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES								(332 801 124)	(332 801 124)
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025		105 000 000	153 700 000	125 688 661	185 264 557	789 305 831	54 766 324	352 527 075	1 766 252 449
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO									
Resultado Líquido do período	9	-	-	-	-	-	-	245 809 437	245 809 437
Aplicação do Resultado Líquido		-	-	-	70 505 415	-	1	(70 505 416)	-
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		105 000 000	153 700 000	125 688 661	255 769 972	789 305 831	54 766 325	527 831 096	2 012 061 885
Distribuições Dividendos		-	-	-	-	-	-	(282 021 659)	(282 021 659)
OUTRAS OPERAÇÕES									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025		105 000 000	153 700 000	125 688 661	255 769 972	789 305 831	54 766 325	245 809 437	1 730 040 226







ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Handwritten signatures and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be of various individuals.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Montantes expressos em Escudos de Cabo Verde - CVE)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A. (“SISP” ou “Sociedade”) é uma sociedade anónima, que tem como acionistas, o Estado enquanto o principal pagador no país, o Banco de Cabo Verde, na qualidade de promotor do bom funcionamento do sistema de pagamentos, os seguintes bancos comerciais Banco Comercial do Atlântico, S.A., Banco Interatlântico, S.A., Banco Caboverdiano de Negócios, S.A., Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. e Banco BAI Cabo Verde, S.A. e a Cabo Verde Telecom, S.A. cuja atividade de prestadora de serviços de telecomunicações é de particular interesse para o desenvolvimento dos Sistemas de Pagamentos. Foi constituída em 1999 e tem a sua sede social em Achada Santo António – Praia, Cabo Verde.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 26 de março de 2026.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Cabo Verde, vertidas na Portaria nº 49/2008, de 29 de dezembro, do Ministério das Finanças, que determina a adoção do Sistema de Normalização Contabilística de Relato Financeiro para Cabo Verde (“SNC”), em substituição do Plano Nacional de Contabilidade (POC), aprovado pelo Decreto n.º 4/84, de 30 de janeiro, que inclui um conjunto de Normas de Relato Financeiro (“NRF”). Apesar de, conforme disposto no Aviso nº 2/2007 do Banco de Cabo Verde, as entidades, nas quais se enquadra a SISP, deverem adotar as Normas Internacionais de Relato Financeiro, em agosto de 2008 a SISP obteve autorização do Banco de Cabo Verde para a utilização do POC, tendo nessa data transitado para as NRF.

As NRF foram adotadas para os períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2009. Este Sistema de Normalização Contabilística de Relato Financeiro visa transpor para o direito interno Normas de Relato Financeiro que constituem uma adaptação das Normas

Internacionais de Contabilidade e das Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB").

Em 21/11/2023, o Banco de Cabo Verde voltou a informar que a SISP mantém isento de utilização da situação analítica aplicável às instituições de crédito, pelo que a empresa deverá continuar a utilizar o plano de contas de acordo com o Sistema Nacional de Contabilidade e Relato Financeiro (SNCRF), até as novas orientações do Banco de Cabo Verde.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com o Sistema de Normalização de Relato Financeiro.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.



As depreciações são calculadas por duodécimos, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Anos
Edifícios e outras construções	5 a 25
Equipamento básico - POS	2
Equipamento básico - outros	3 a 12
Equipamento de transporte	4 a 7
Ferramentas e utensílios	5 a 12
Equipamento administrativo	4 a 12

As vidas úteis e método das depreciações dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que incorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido ou a receber na transação e a quantia escriturada do ativo líquida de amortizações acumuladas, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que ocorrem.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Anos
Programas de Computador	3 a 5
Propriedade industrial - Marcas e Patentes	3 a 10
Outros Ativos Intangíveis	3 a 10

As vidas úteis e método das amortizações dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Sociedade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de imparidade”.

3.5 Inventários

Os inventários encontram-se registados pelo seu custo histórico. O custo inclui todos os custos de compra e outros incorridos para colocar os bens no seu local e na sua condição atual. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas

perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Ajustamentos de inventários – Perdas/Reversões”.

O método de custeio dos inventários adotado pela Sociedade consiste no custo médio ponderado.

3.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo registados de acordo com as disposições da NRF 16 – Instrumentos Financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado; e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

i. Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado, o qual pode vir deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

ii. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos nas rubricas de “Caixa” e “Depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

iii. Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

iv. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto de selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

No caso da SISP, esta categoria inclui participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas. Estas participações financeiras são mensuradas ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor, registadas em resultados, exceto quando dizem respeito a entidades cujos instrumentos de capital próprio não são negociados publicamente (ações não cotadas em bolsa) e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, caso em que as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Os instrumentos financeiros derivados



relacionados com tais instrumentos de capital próprio são igualmente incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” ou “Imparidade de ativos não depreciáveis” no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por contrapartida de resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio mensurados ao custo.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'Z. X.' with a large flourish, and there are other initials 'J. L.' and 'B.' below it.

não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Sociedade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Sociedade a receber o correspondente montante.

3.8 Imposto sobre o rendimento

O Imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.



O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.9 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Sociedade) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio da data de determinação do justo valor. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.10 Provisões e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("*non adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.



3.13 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vida útil dos equipamentos denominados por “POS” – em 2010 a Sociedade desenvolveu um estudo de utilização e substituição dos POS, com vista a apurar a vida útil destes equipamentos. Como resultado deste estudo foi atribuída uma vida útil de dois anos, a qual será periodicamente revista. Em 2025 a Sociedade ainda aplica as conclusões obtidas no estudo realizado, em 2010, por considerar que o estudo ainda se mantém atual;
- b) Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais. Na preparação da estimativa para o exercício de 2025 a Sociedade considerou as disposições previstas no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC).

4. DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes corresponde a depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de “Caixa e seus equivalentes” e “Depósitos bancários” apresentam a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
. Em bancos nacionais	497 500 646	531 820 408
. Em bancos estrangeiros	615 720 704	276 899 004
Caixas e seus equivalentes	1 113 221 350	808 719 412
Depósito a Prazo	41 738 000	40 286 000
Depósitos bancários e caixa	1 154 959 350	849 005 412

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica “Depósitos a prazo” corresponde a um depósito a prazo, o qual vence juro à taxa anual bruta de 2,25% e com vencimento para o mês de outubro do ano 2027.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica “Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis – em bancos estrangeiros” inclui essencialmente os saldos das contas bancárias mantidas junto de bancos correspondentes através dos quais são efetuadas as operações de liquidação internacional com a VISA, MasterCard e American Express (Nota 12).

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis foi o seguinte:

	31/12/2024			31/12/2025			
	Valor líquido	Aquisições	Transferências abates/ Alienações	Amortizações/ Depreciações do exercício	Valor bruto	Amortizações/ Depreciações acumuladas	Valor líquido
Activos fixos tangíveis							
Terrenos	10 324 248	-	-	-	10 324 248	-	10 324 248
Edifícios e outras construções	689 665	-	-	(72 593)	57 728 376	(57 111 304)	617 072
Equipamento básico	167 021 858	10 602 914	74 113 671	(92 981 988)	955 398 869	(796 642 414)	158 756 455
Equipamento de transporte	13 656 006	13 261 216	-	(6 067 191)	48 124 757	(27 274 726)	20 850 031
Equipamento administrativo	3 270 506	224 172	260 251	(512 782)	17 000 856	(13 758 709)	3 242 147
Ferramentas e utensílios	-	-	-	-	1 583 308	(1 583 308)	-
Adiantamento por conta de activos fixos tangíveis	37 974 328	40 296 064	(74 440 290)	-	3 830 102	-	3 830 102
Adiantamento por conta de activos fixos tangíveis (Sede)	39 538 382	9 367 232	-	-	48 905 614	-	48 905 614
	272 474 993	73 751 598	(66 368)	(99 634 554)	1 142 896 130	(896 370 461)	246 525 669
Activos intangíveis							
Programas de computador (Software)	80 273 423	5 653 200	-	(41 191 402)	565 408 077	(520 672 856)	44 735 221
Propriedade industrial - Marcas e patentes	-	-	-	-	479 238	(479 238)	-
Outros Activos Intangíveis	-	-	-	-	22 572 493	(22 572 493)	-
Adiantamentos por conta de activos intangíveis	20 340 812	15 573 141	-	-	35 913 953	-	35 913 953
	100 614 235	21 226 341	-	(41 191 402)	624 373 761	(543 724 587)	80 649 174
	373 089 228	94 977 939	(66 368)	(140 825 956)	1 767 269 891	(1 440 095 048)	327 174 843

	31/12/2023			31/12/2024			
	Valor líquido	Aquisições	Transferências abates/ Alienações	Amortizações/ Depreciações do exercício	Valor bruto	Amortizações/ Depreciações acumuladas	Valor líquido
Activos fixos tangíveis							
Terrenos	10 324 248	-	-	-	10 324 248	-	10 324 248
Edifícios e outras construções	2 913 400	-	-	(2 223 735)	57 728 376	(57 038 711)	689 665
Equipamento básico	121 869 685	28 095 741	107 702 362	(90 645 930)	870 803 414	(703 781 555)	167 021 858
Equipamento de transporte	16 688 771	2 129 357	-	(5 162 122)	48 767 344	(35 111 338)	13 656 006
Equipamento administrativo	2 754 336	850 362	167 054	(501 246)	16 516 433	(13 245 927)	3 270 506
Ferramentas e utensílios	-	-	-	-	1 583 308	(1 583 308)	-
Adiantamento por conta de activos fixos tangíveis	1 062 923	145 945 192	(109 033 787)	-	37 974 328	-	37 974 328
Adiantamento por conta de activos fixos tangíveis (Sede)	36 902 950	2 635 432	-	-	39 538 382	-	39 538 382
	192 516 313	179 656 084	(1 164 371)	(98 533 033)	1 083 235 833	(810 760 839)	272 474 993
Activos intangíveis							
Programas de computador (Software)	52 714 963	26 290 229	37 097 048	(35 828 817)	559 754 877	(479 481 454)	80 273 423
Propriedade industrial - Marcas e patentes	-	-	-	-	479 238	(479 238)	-
Outros Activos Intangíveis	-	-	-	-	22 572 493	(22 572 493)	-
Adiantamentos por conta de activos intangíveis	31 263 614	26 174 246	(37 097 048)	-	20 340 812	-	20 340 812
	83 978 577	52 464 475	-	(35 828 817)	603 147 420	(502 533 185)	100 614 235
	276 494 890	232 120 559	(1 164 371)	(134 361 850)	1 686 383 253	(1 313 294 024)	373 089 228

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as aquisições ocorridas nas rubricas de “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis” e “Adiantamentos por conta de ativos intangíveis” referem-se essencialmente a aquisições de equipamentos e desenvolvimento de aplicações operacionais diversas, que foram sendo transferidas para imobilizado firme assim que foram ficando disponíveis para utilização.

Em 31 de dezembro de 2025 encontra-se registado como adiantamento de ativos fixos tangíveis (Sede) um valor de 49.905.614 CVE, referente a gastos incorridos com a construção do novo edifício, nomeadamente relativos a requisitos da estrutura, elaboração do projeto de arquitetura e segurança do edifício.

No exercício de 2025, a SISP procedeu à alienação de 6 viaturas, adquiridas entre 2017 e 2019, no valor total de 13 903 803 CVE, que se encontravam totalmente amortizadas na contabilidade.

No exercício de 2010, a Sociedade entregou junto da Administração Fiscal um documento a requerer a aceitação em termos fiscais da alteração das vidas úteis dos equipamentos POS de cinco anos para dois anos, aguardando ainda resposta por parte da mesma. O Conselho de Administração antecipa que este pedido venha a ter parecer favorável.

6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os investimentos financeiros da Sociedade apresentam a seguinte composição:

			31/12/2025	31/12/2024
	Número de ações	Valor unitário	Valor de aquisição	Valor de balanço
Visa Inc. - Classe C	19 256	32 927	14 401 872	634 051 179
				643 674 833

O movimento ocorrido na quantia escriturada da participação financeira na VISA Inc. foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	497 890 837
Ganhos por aumento do justo valor	145 783 996
Saldo em 31 de dezembro de 2024	643 674 833
Perda por redução do justo valor	(9 623 654)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	634 051 179

Atendendo a que as ações da Classe C podem ser convertidas em ações da Classe A, a participação Visa Inc. encontra-se valorizada com base na cotação das correspondentes ações da Classe A da Visa Inc. que se encontram cotadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a cotação das ações da classe A ascendia a 350,71 USD (32.927 CVE) e a 316,04 USD (33.427 CVE), respetivamente, o que provocou uma menos valia

que foi registada na classe de custos da SISP no valor de 9.623.654, devido à desvalorização do Dólar.

7. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Montante bruto	Perdas por imparidade (Nota 10)	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade (Nota 10)	Montante líquido
Mercadorias						
Adiantamentos por compras						
Mercado interno	-	-	-	-	-	-
Mercado externo	12 986 410	-	12 986 410	-	-	-
	12 986 410	-	12 986 410	-	-	-
Cartas de Pin	1 873 407	-	1 873 407	1 873 407	-	1 873 407
Cartões PVC Branco	22 023	-	22 023	22 023	-	22 023
Cartão Plásticos Brancos RFID	82 214	-	82 214	82 214	-	82 214
Sub-total	1 977 644	-	1 977 644	1 977 644	-	1 977 644
Subtotal Mercadorias	14 964 054	-	14 964 054	1 977 644	-	1 977 644
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Adiantamentos por compras						
Mercado externo	1 084 986	-	1 084 986	2 369 782	-	2 369 782
	1 084 986	-	1 084 986	2 369 782	-	2 369 782
Peças POS	5 207 328	(3 412 842)	1 794 486	6 595 516	(3 412 842)	3 182 674
Peças ATM	38 064 322	(5 548 220)	32 516 102	36 928 831	(4 493 615)	32 435 216
Consumíveis cartões	-	-	-	-	-	-
Consumíveis cartões PKI	2 367 591	-	2 367 591	3 650 516	-	3 650 516
	45 639 241	(8 961 062)	36 678 179	47 174 863	(7 906 457)	39 268 406
Subtotal Mat.-primas, sub. e de consumo	46 724 227	(8 961 062)	37 763 165	49 544 645	(7 906 457)	41 638 188
Total de Inventários	61 688 281	(8 961 062)	52 727 219	51 522 289	(7 906 457)	43 615 832

A constituição das perdas por imparidades de inventários resulta de uma análise periódica do menor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, sendo os ajustamentos registados na rubrica “Ajustamentos de Inventários” (Nota 10).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo - Adiantamentos por conta de compras – mercado externo” diz respeito a adiantamentos a fornecedores efetuados pela Sociedade para aquisição de peças de ATM.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Mercadorias - Adiantamentos por conta de compras – mercado externo” diz respeito a adiantamentos a fornecedores efetuados pela Sociedade para aquisição de máquinas ATM’s.

Os gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são detalhados conforme se segue:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	1 977 644	47 174 863	49 152 507	(503 729)	42 014 613	41 510 884
Transferência	-	2 369 782	2 369 782	4 869 996	890 627	5 760 623
Compras	16 862 848	4 512 687	21 375 535	45 657 818	15 160 689	60 818 507
Saldo final*	1 977 644	45 639 241	47 616 885	1 977 644	47 174 863	49 152 507
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	16 862 848	8 418 091	25 280 939	48 046 441	10 891 066	58 937 507

* excluindo Adiantamento por conta de compras.

8. DIFERIMENTOS (ATIVOS E PASSIVOS) E ACRÉSCIMOS DE GASTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de diferimentos ativos apresentam a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Ativo corrente</u>		
Contratos de manutenção:		
Hardsecure	11 310 700	9 151 324
Ascertia	6 114 849	6 080 286
Oracle	4 712 268	4 339 319
Paylogic	5 084 225	7 626 341
Sysconnect	1 233 090	202 695
Bizfrist	-	2 143 356
Adobe	-	335 494
Helpsystem	-	279 458
Diusframi	1 635 258	-
Vision Helpdesk	292 069	310 499
DataGroup IT	665 650	2 342 532
RIS2048	2 096 832	1 819 396
Outros	3 010 670	1 900 645
	<u>36 155 611</u>	<u>36 531 345</u>
 Contrato com VISA Internacional	 12 755 450	 14 179 915
Seguros	4 370 302	4 248 296
Outros	927 380	1 816 200
	<u>54 208 743</u>	<u>56 775 756</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” registava montantes referentes a diversos contratos de manutenção no valor total de 36.155.611 CVE e 36.531.345 CVE, respetivamente que se encontram a ser diferidos de acordo com o período a que os serviços respeitam.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Visa Internacional” diz respeito a contratos de manutenção celebrados com a entidade Visa Internacional e renovados anualmente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de acréscimos de gastos passivos e diferimentos de rendimentos apresentam a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Passivo corrente</u>		
Acréscimo de gastos		
. Prémio desempenho	11 490 252	9 936 432
. Visa	13 048 204	10 917 970
. Mastercard	2 962 501	2 556 097
Outros	17 002 122	15 053 192
	<u>44 503 079</u>	<u>38 463 691</u>
 Diferimentos de rendimentos		
Prestação de serviços	10 235 103	6 602 400
	<u>10 235 103</u>	<u>6 602 400</u>
	<u>54 738 182</u>	<u>45 066 091</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas “Acréscimo de gastos – MasterCard” e “Acréscimo de gastos – Visa” incluem o montante estimado dos gastos incorridos pela Sociedade, ainda a ser faturados pela MasterCard e Visa, respetivamente, no âmbito do serviço MasterCard e Visa em Cabo Verde.

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica “Acréscimos de gastos – Outros” inclui o montante de 15.268.708 CVE, relativos às comissões POS a pagar aos bancos, custos a ser pago no exercício seguinte no valor de 1.733.414 CVE.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “Acréscimos de gastos – Outros” inclui o montante de 13.681.312 CVE, relativos às comissões POS a pagar aos bancos, custos a ser pago no exercício seguinte no valor de 1.253.583 CVE

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica “Diferimentos de Rendimentos” inclui o montante de 10,2 milhões de escudos, relativo ao adiantamento do serviço de emissão de certificados de Instituição do Estado e às vendas de ATM’s aos bancos.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “Diferimentos de Rendimentos” inclui o montante de 6,6 milhões de escudos, referentes ao adiantamento do serviço emissão de certificados de Instituição do Estado.

9. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital da Sociedade, totalmente subscrito e realizado, era composto por 105.000 ações com o valor nominal de mil Escudos cabo-verdianos cada.

Reservas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as reservas da Sociedade apresentam, respetivamente, a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Reserva legal	125 688 661	125 688 661
Reservas livres	255 769 972	185 264 557
Outras reservas	789 305 831	789 305 831
	<u>1 170 764 464</u>	<u>1 100 259 049</u>

De acordo com a lei que regula as atividades das instituições financeiras em vigor em Cabo Verde (lei nº 62/VIII/2014, de 23 de abril), uma fração não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deve ser destinada ao reforço da reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.



Distribuições

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de abril de 2025, os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 atribuídos aos acionistas ascenderam a 282.021.660 CVE (correspondente a 2.685,92 CVE por ação).

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de março de 2024, os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 atribuídos aos acionistas ascenderam a 332.801.124 CVE (correspondente a 3.169,53 CVE por ação).

10. PROVISÕES, IMPARIDADES E PASSIVOS CONTINGENTES

Nos exercícios de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nas provisões e imparidades pode ser detalhado conforme se segue:

	31/12/2024	Reforços	Utilizações	Reversões	31/12/2025
Provisões					
-Contingências fiscais	-	-	-	-	-
Imparidades					
-Clientes - Valores em trânsito/Clientes (Nota 11)	66 201 080	7 744 055	-	-	73 945 135
-Outras contas a receber (Nota 11):	-	-	-	-	-
. Regularização vint4	926 187	-	-	(361 961)	564 226
. Chargeback	39 972 417	-	-	(5 396 631)	34 575 786
-Outros devedores (Nota 11)	278 178	81 737	-	-	359 915
-Existências (Nota 7)	7 906 457	1 054 605	-	-	8 961 062
	115 284 319	8 880 397	-	(5 758 592)	118 406 124

	31/12/2023	Reforços	Utilizações	Reversões	31/12/2024
Provisões					
-Contingências fiscais	-	-	-	-	-
Imparidades					
-Clientes - Valores em trânsito/Clientes (Nota 11)	57 151 091	9 049 989	-	-	66 201 080
-Outras contas a receber (Nota 11):	-	-	-	-	-
. Regularização vint4	665 389	-	-	260 798	926 187
. Chargeback	41 729 583	-	-	(1 757 166)	39 972 417
-Outros devedores (Nota 11)	278 178	-	-	-	278 178
-Existências (Nota 7)	6 138 184	1 768 273	-	-	7 906 457
	105 962 425	10 818 262	-	(1 496 368)	115 284 319

11. ATIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS

a. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 10)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 10)	Valor líquido
Cientes						
Clientes conta corrente	281 140 382	(73 945 135)	207 195 247	354 993 916	(66 201 080)	288 792 836
Outras contas a receber	253 461 348	(35 499 927)	217 961 421	162 914 157	(41 176 782)	121 737 375
	534 601 730	(109 445 062)	425 156 668	517 908 073	(107 377 862)	410 530 211

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outras contas a receber” inclui, respetivamente, os montantes de 209.225.367 CVE e 110.360.227 CVE, correspondentes a valores transacionados com cartões internacionais que se encontram pendentes de confirmação por parte das redes VISA, MasterCard e AMEX. O aumento registado, em 2025, resulta essencialmente do volume de transações pendentes no final do mês de dezembro, cujo processamento e validação pelas referidas entidades ocorre apenas no período subsequente.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica inclui saldos acumulados relativos a “chargeback” nos montantes de 34.494.049 CVE e 39.972.417 CVE, respetivamente, para os quais se encontra registada uma perda por imparidade acumulada em 100 por cento (Nota 10). O valor de “chargeback” resulta essencialmente de um conjunto de operações indevidas ocorridas, em 2020, por alegado uso não autorizado de cartões internacionais em comerciantes nacionais, na sequência dos quais a SISP foi chamada a proceder à devolução dos montantes. O processo de recuperação destes montantes encontra-se a decorrer por via judicial. A diminuição registada nos saldos de “chargeback” entre 2024 e 2025 resulta, principalmente, da recuperação de valores associados a sobras de transações ATM, que excederam o volume de reclamações efetivamente apresentadas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a referida rubrica ainda inclui valores a receber de outros devedores, líquido de imparidade, no montante de 6.698.511 CVE e 8.553.867 CVE,

respetivamente, sendo que a imparidade corresponde ao montante de 359.915 CVE (Nota 10). Esses valores são essencialmente despesas VISA e Mastercard pagos pela SISP em nome dos bancos, pendentes de pagamento à data do balanço.

b. Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores		
Fornecedores - Investimentos	553 994	21 283 374
Fornecedores, conta corrente		
Em moeda nacional	7 861 003	11 272 056
Em moeda estrangeira	23 106 868	22 181 630
Fornecedores por acréscimo de gastos		
Em moeda nacional	4 243 410	6 401 159
Em moeda estrangeira	-	2 179 480
	35 211 281	42 034 325
Outras contas a pagar	170 643 487	265 240 165
	206 408 762	328 557 864

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Outras contas a pagar" inclui o montante de 169.678.194 e 264.896.834 CV, respetivamente, relativos ao montante pendente a pagar pela Sociedade ao Banco de Cabo Verde decorrente da realização da compensação interbancária entre os diversos Bancos Agentes e o mesmo no final do exercício respetivo.

12. COMPENSAÇÃO VISA/MASTERCARD

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo desta rubrica corresponde ao valor em aberto nestas datas junto do Banco de Cabo Verde, resultante do adiantamento de verbas realizado por esta instituição no âmbito do processo de liquidação internacional. A SISP é responsável pelo processamento da liquidação das operações realizadas em Cabo Verde com cartões VISA,

MasterCard e AMEX, mantendo nas suas demonstrações financeiras diversos saldos associados a essas operações (Notas 4 e 11).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor em aberto ascendia a 642.443.343 CVE e 198.414.980 CVE, respetivamente. O acréscimo registado, em 2025, resulta do maior número de dias de compensações pendentes de liquidação no final do exercício, o que levou a um aumento do montante a pagar reportado no Balanço.

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	31/12/2025	31/12/2025
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (Nota 19)	68 196 404	97 235 448
Pagamento Por Conta	(82 869 046)	(83 633 338)
Imposto sobre o valor acrescentado	18 629 385	15 648 673
Contribuições para a Segurança Social	4 225 807	3 833 931
Retenções sobre terceiros	2 753 074	2 367 866
Tributação Autónoma	12 351	7 415
Outros impostos - Imposto selo	3 764 684	2 939 895
	<u>14 712 659</u>	<u>38 399 890</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo da rubrica “Pagamento por Conta” corresponde aos pagamentos por conta fracionados liquidados durante o próprio ano a que diz respeito o imposto, equivalentes a 80% da coleta apurada relativamente ao exercício anterior.

14. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDAS

A prestação de serviços e as vendas reconhecidas pela Sociedade, nos exercícios de 2025 e 2024, são detalhadas conforme se segue:

	2025	2024
<u>Vendas</u>		
Cartas de PIN	-	90 000
Máquinas POS	369 658	450 236
Máquinas ATM	18 190 000	49 945 970
<u>Serviços a clientes bancos</u>		
Processamento		
Vinti4	199 618 966	174 234 539
Visa	7 918 675	10 253 033
Mastercard	9 575 974	9 062 839
TEF	7 614 865	16 587 394
Telecompensação	1 301 920	1 382 835
Cartões On-us outras redes	26 048 350	15 948 836
Gestão de terminais	29 596 000	37 572 350
Gestão de cartões	54 739 317	45 533 303
Ligação à rede		
CPD	7 200 000	7 200 000
SWIFT	13 770 000	14 280 000
Produção de cartões	12 186 650	10 636 350
Outros Serviços	19 059 431	11 477 414
<u>Serviços a clientes não bancos</u>		
Pagamento automático	1 144 573 442	951 376 139
Access Fee	190 530 765	150 126 605
Dynamic Currency Conversion	146 678 297	139 521 848
Pagamento de serviços	47 033 322	40 037 715
Certificados Eletrônicos	24 686 125	27 787 578
Outros Serviços	2 928 267	4 117 725
<u>Descontos e abatimentos</u>	(2 096 984)	(133 287)
	<u>1 961 523 040</u>	<u>1 717 489 422</u>

Nos exercícios de 2025 e 2024, o saldo da rubrica “Vendas – Máquina ATM” corresponde à venda de equipamentos ATM a diversos bancos, nos montantes de 18.190.000 CVE e 49.945.970 CVE, respetivamente.

A rubrica “Vendas – Cartas de PIN” refere-se à comercialização de cartas de PIN aos bancos. Relativamente à rubrica “Vendas POS”, em 2025 esta inclui a venda de equipamentos POS a clientes, motivada por avarias ou perdas imputáveis aos mesmos. Em 2024, a rubrica corresponde à venda de sete equipamentos modelo UN20, cujo processo de aquisição e regularização iniciou-se em exercícios anteriores, tendo sido concluído apenas em 2024.

15. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Comissões Acquiring Visa	395 392 440	309 424 356
Comissões Acquiring MasterCard	404 654 968	301 638 933
Conservação e reparação	122 156 923	114 205 094
Comunicações	84 082 380	74 189 713
Comissões Vinti4	150 452 040	132 922 832
Avenças	43 353 551	25 769 581
Eletricidade	13 918 733	14 631 612
Deslocações e estadias	3 087 787	3 866 997
Rendas e alugueres	6 578 783	6 235 004
Seguros	2 909 847	3 013 516
Combustíveis	2 503 210	2 504 451
Vigilância e segurança	1 753 622	1 321 677
Consumíveis	2 008 724	3 404 275
Publicidade e Propaganda	1 034 954	4 599 578
Comissões AMEX	11 302 377	8 485 999
Serviços Bancários	5 067 510	3 978 190
Outros fornecimentos e serviços externos	4 110 421	5 590 258
	<u>1 254 368 270</u>	<u>1 015 782 066</u>

No exercício de 2025, o aumento registado nas rubricas “Comissões Acquiring Visa” e “Comissões Acquiring MasterCard” pode ser explicado essencialmente pelo aumento das

transações realizadas com cartões internacionais, sobre as quais incidem as referidas comissões.

No exercício de 2025, o acréscimo na rubrica “Comissões Vinti4” está relacionado com aumento das transações compradas, onde incide a comissão paga aos bancos emissores e de apoio por cada transação realizada com cartões, conforme tarifário aprovado no início do período.

16. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Remunerações		
Órgãos sociais	5 247 064	3 007 826
Pessoal	128 621 940	116 244 741
Encargos sociais	20 069 852	18 270 267
Formação	4 825 772	5 384 437
Prémio de desempenho	12 126 579	10 381 937
Seguros	2 153 728	1 935 648
Outros gastos com o pessoal	2 297 711	2 010 290
	<u>175 342 646</u>	<u>157 235 146</u>

Em 31 de dezembro de 2025, o número de colaboradores ascendia a 67, mais quatro do que o ano transato. Registaram sete novas contratações e três rescisões contratuais voluntárias. O acréscimo registado com relação ao ano anterior está relacionado com as progressões, atualização salarial, prémios e reclassificações.

17. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS E OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos exercícios de 2025 e 2024, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2025	2024
Outros rendimentos e ganhos		
Outros	3 879 394	1 109 479
Outros gastos e perdas		
Impostos		
Imposto de selo	31 587 970	24 972 653
Tributação Autónoma	12 351	7 415
Reg. Anual pro-rata definitivo	940 947	1 453 187
Imposto de capitais (Nota 19)	363 036	-
Taxas (Nota 19)	200	10 286
	32 904 504	26 443 541
Insuficiência de Imposto	-	608 211
Donativos (Nota 8)	1 845 000	1 472 250
Quotizações	103 600	94 200
Outros gastos e perdas	457 541	1 421 698
	2 406 141	3 596 359
	35 310 645	30 039 900

No exercício de 2025, o saldo da rubrica “Outros rendimentos e ganhos - Outros”, no valor de 3.879.394 CVE, refere, essencialmente, às alienações de seis viaturas.

No exercício de 2024, o saldo da rubrica “Outros rendimentos e ganhos - Outros”, no valor de 1.109.479 CVE, inclui correções referentes a diferenças de câmbios favoráveis, de exercícios anteriores e alienações de máquinas POS.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Imposto de selo” inclui o montante de 31.587.970 CVE e 24.972.653 CVE, respetivamente, relativo, essencialmente, ao imposto de selo sobre as receitas da VISA, Mastercard e AMEX. O crescimento é atribuído ao aumento da receita relacionado a esses serviços.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica “Insuficiência de Imposto” está associada a correções do apuramento do IVA, diferença entre o IVA apurado e o liquidado ao fisco no período.

18. JUROS E GANHOS OBTIDOS E JUROS E PERDAS SUPORTADOS

Nos exercícios de 2025 e 2024, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2025	2024
Juros e ganhos obtidos		
Rendimentos de participação de capital - Visa Inc.	3 113 155	2 975 811
Juros obtidos em aplicações de curto prazo	835 877	906 432
Outros ganhos em financiamentos	346 776	396 262
	<u>4 295 808</u>	<u>4 278 505</u>
Juros e perdas suportados		
Juros suportados	(5 141 503)	(9 269 926)
Outras perdas em financiamentos	(6 758 720)	(3 770 360)
	<u>(11 900 223)</u>	<u>(13 040 286)</u>
	<u>(7 604 415)</u>	<u>(8 761 781)</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Juros suportados” corresponde às comissões de garantias bancárias prestadas à Visa, MasterCard e AMEX.

Em 2024, o valor dos “Juros Suportados” inclui juros da garantia bancária dos anos anteriores, valores não cobrados pelos bancos no próprio exercício a que se refere, justificando, assim, o aumento pontual nessa rubrica.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outras Perdas em Financiamento” inclui, essencialmente, os custos decorrentes de diferenças cambiais associadas a pagamentos a fornecedores, bem como ao serviço de liquidação das transações *DCC (Dynamic Currency Conversion)* processadas pelas redes Visa e Mastercard.

19. MPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias,

os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2021 a 2025 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

Segundo a Lei n.º 44/IX/2018 que aprova o Orçamento Estado para o ano económico de 2019, o artigo 84.º da Lei n.º 82/VIII/2015, de 8 de janeiro, que aprova o código de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRPC), alterada pela Lei n.º 5/IX/2016, de 31 de dezembro, retificada no B.O de 23 de março de 2017, pela Lei n.º 20/IX/2017, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 35/X/2023, de 31 de dezembro: “A taxa de IRPC é de 21% para os sujeitos passivos enquadrados no regime de contabilidade organizada.”

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Sociedade está sujeita ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 21%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 21,42%.

Os gastos com impostos sobre o rendimento nos exercícios de 2025 e 2024 são detalhados conforme se segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imposto corrente do exercício	68 196 404	97 235 448

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificado nos exercícios de 2025 e 2024 pode ser demonstrada como se segue:



	2025		2024	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		314 005 841		449 762 523
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,42%	67 260 051	21,42%	96 339 132
Perdas por imparidades para além dos limites	0,20%	621 018	-0,04%	(176 937)
Insuficiência de Impostos (IRPC e IVA)	0,00%	-	0,03%	130 279
Tributação Autónoma	0,00%	2 646	0,00%	1 588
Retenção na fonte Taxa Liberatória Depósito Prazo	-0,02%	(77 762)	0,00%	-
Depreciações fora do limite legal - Viaturas	0,15%	465 146	0,12%	552 863
30% com Gastos com viaturas ligeiras de passageiros e mistas	0,18%	562 464	0,13%	563 249
50% das Despesa de Representação	0,00%	13 228	0,00%	7 942
Depreciações com viaturas ligeiras não aceites no período anterior	-0,24%	(746 850)	-0,24%	(1 062 110)
Benefícios Fiscais (Criação de Emprego- CBF art.º 32º)	0,00%	-	-0,01%	(45 500)
Outros Custos	0,03%	96 463	0,21%	924 941
	21,72%	68 196 404	21,62%	97 235 448

20. ENTIDADES RELACIONADAS

a) Identificação das entidades relacionadas

De acordo com a NRF 4, são consideradas entidades relacionadas aquelas em que a SISP exerce, direta ou indiretamente, influência significativa sobre a sua gestão e política financeira e operacional e as entidades que exercem influência significativa sobre a gestão da Sociedade. Neste âmbito, as entidades consideradas para efeitos destas divulgações são os acionistas da SISP, que correspondem às seguintes entidades:

- Banco de Cabo Verde
- Banco Comercial do Atlântico
- Caixa Económica de Cabo Verde
- Banco Caboverdeano de Negócios
- Banco Interatlântico
- Cabo Verde Telecom
- Estado de Cabo Verde – Tesouro
- Banco BAI Cabo Verde

b) Detalhe dos saldos com entidades relacionadas:

	31/12/2025				
	Depósitos bancários (Nota 4)	Clientes (Nota 11)	Outras contas a receber (Nota 11)	Fornecedores (Nota 11)	Compensação VISA/Mastercard (Nota 12)
Banco de Cabo Verde	178 974 620	607 359	181 496	-	(642 443 343)
Banco Comercial do Atlântico	56 959 886	20 258 875	1 549 008	-	-
Caixa Económica de Cabo Verde	76 590 877	15 843 653	-	-	-
Banco Caboverdeano de Negócios	109 930 023	4 628 814	1 505 006	-	-
Banco Interatlântico	56 322 155	4 078 198	-	-	-
Cabo Verde Telecom	-	2 303 548	-	(5 348 990)	-
Estado - Tesouro	-	10 439 414	-	-	-
Banco BAI CV	34 335 327	4 554 624	2 968 389	-	-
	<u>513 112 888</u>	<u>62 714 485</u>	<u>6 203 899</u>	<u>(5 348 990)</u>	<u>(642 443 343)</u>

	31/12/2024				
	Depósitos bancários (Nota 4)	Clientes (Nota 11)	Outras contas a receber (Nota 11)	Fornecedores (Nota 11)	Compensação VISA/Mastercard (Nota 12)
Banco de Cabo Verde	136 616 535	1 022 974	-	-	(198 414 980)
Banco Comercial do Atlântico	95 892 995	18 268 640	1 310 895	-	-
Caixa Económica de Cabo Verde	47 030 725	13 524 718	-	-	-
Banco Caboverdeano de Negócios	105 765 292	7 128 065	3 207 751	-	-
Banco Interatlântico	80 376 753	14 149 834	-	-	-
Cabo Verde Telecom	-	1 938 942	-	(5 577 601)	-
Estado - Tesouro	-	9 554 099	-	-	-
Banco BAI CV	64 790 721	4 669 081	2 133 884	-	-
	<u>530 473 021</u>	<u>70 256 353</u>	<u>6 652 530</u>	<u>(5 577 601)</u>	<u>(198 414 980)</u>

c) Detalhe das transações com entidades relacionadas

	31/12/2025				
	Fornecimentos e serviços externos	Juros e perdas similares suportados	Outros gastos e perdas	Juros e ganhos similares obtidos	Vendas e serviços prestados
	(Nota 15)	(Nota 18)	(Nota 17)	(Nota 18)	(Nota 14)
Banco de Cabo Verde	(624)	-	-	-	3 830 252
Banco Comercial do Atlântico	(46 988 412)	(1 188 914)	(61 087)	-	97 934 717
Caixa Económica de Cabo Verde	(45 546 132)	(242 577)	(27 644)	-	139 553 204
Banco Caboverdeano de Negócios	(20 517 338)	-	(7 245)	835 877	40 619 852
Banco Interatlântico	(19 378 758)	(3 898 249)	(2 000)	-	51 374 026
Estado - Tesouro	(37 830)	-	-	-	13 843 081
Cabo Verde Telecom	(60 198 305)	-	-	-	20 921 252
Banco BAI CV	(21 445 022)	-	(6 061)	-	44 876 385
	(214 112 421)	(5 329 740)	(104 037)	835 877	412 952 770

	31/12/2024				
	Fornecimentos e serviços externos	Juros e perdas similares suportados	Outros gastos e perdas	Juros e ganhos similares obtidos	Vendas e serviços prestados
	(Nota 15)	(Nota 18)	(Nota 17)	(Nota 18)	(Nota 14)
Banco de Cabo Verde	(2 688)	-	-	-	4 021 739
Banco Comercial do Atlântico	(43 213 286)	(1 253 854)	-	-	91 628 896
Caixa Económica de Cabo Verde	(40 574 054)	(262 882)	(25 067)	-	150 679 771
Banco Caboverdeano de Negócios	(17 565 288)	-	(5 175)	906 432	35 189 134
Banco Interatlântico	(16 890 604)	(7 791 402)	(3 623)	-	38 828 092
Estado - Tesouro	-	-	-	-	15 543 539
Cabo Verde Telecom	(52 579 444)	-	-	-	18 268 996
Banco BAI CV	(18 021 124)	-	(1 035)	-	41 402 063
	(188 846 488)	(9 308 138)	(34 900)	906 432	395 562 230

As transações com partes relacionadas são realizadas, por regra, em condições normais de mercado.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não se confirmaram eventos subsequentes a 31 de dezembro de 2025, passíveis de divulgação ou com necessidade de ajustamento.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



SISP





O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS


Ana Lina Teixeira Mascarenhas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DA SOCIEDADE INTERBANCÁRIA E SISTEMAS DE
PAGAMENTOS, S.A, EXERCÍCIO DE 2025**

Exmos. Senhores

Acionistas da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A

1. Introdução

No cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias e do mandato conferido, vem o Conselho Fiscal emitir o presente relatório sobre a sua ação fiscalizadora bem como o seu parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e demais elementos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A doravante designado por "SISP" ou "Sociedade", relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2. Atividades de fiscalização

Ao longo do exercício findo a 31 de dezembro de 2025, o Conselho Fiscal, acompanhou, com a periodicidade e a extensão que considerou adequada, a atividade da SISP, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis.

Assim, no âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal:

- ❖ Acompanhou periodicamente a execução das atividades operacionais e financeiras da Sociedade, com especial atenção à evolução do sistema de pagamentos, ao reforço dos mecanismos de controlo interno e à execução dos investimentos estratégicos;
- ❖ Analisou, de forma regular, a conformidade dos registos contabilísticos e Demonstrações financeiras;
- ❖ Avaliou a adequação dos sistemas de controlo interno, gestão de risco, *compliance* e auditoria interna, verificando a continuidade dos esforços de reforço dos procedimentos, renovação de certificações relevantes e o cumprimento das exigências regulatórias; e
- ❖ Analisou diferentes relatórios, produzidos pelas áreas de controlo interno e sobre o governo da Sociedade.

Adicionalmente:

O CF acompanhou os trabalhos de auditoria externa, nomeadamente o planeamento, a execução e as conclusões dos trabalhos. Igualmente analisou o Relatório do Auditor Independente, que emitiu opinião sem reservas, confirmando que (i) as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e os resultados da SISP; e (ii) não foram identificadas irregularidades materiais, deficiências significativas ou incumprimentos relevantes, mantendo, contudo, uma matéria relevante, relacionada com o processo manual associado ao reconhecimento do rédito.

Relativamente a este tema o Conselho Fiscal reconhece que há espaço para introdução de melhorias, designadamente a automatização e realização de testes no sentido de garantir a confiabilidade da informação.



3. Análise das Demonstrações Financeiras

No âmbito das suas funções o Conselho Fiscal procedeu à análise das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2025, as quais compreendem:

- ❖ O Balanço;
- ❖ A Demonstração de Resultados;
- ❖ A Demonstração de Alterações do Capital Próprio;
- ❖ A Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- ❖ O Anexo às Demonstrações Financeiras, que inclui as Políticas contabilísticas, os critérios de reconhecimento.

Com base na informação disponibilizada constatou que:

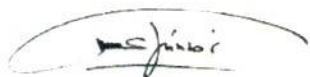
- O Ativo ascendeu a 2.663 milhões CVE, refletindo crescimento de 12,1% face a 2024, suportado sobretudo pelo aumento das disponibilidades e inventários;
- O Passivo aumentou 52,8%, influenciado pela elevação do saldo de compensação *acquiring* (Visa/Mastercard), coerente com a maior atividade transacional no final do ano;
- O Capital Próprio fixou-se em 1.730 milhões CVE, ligeiramente inferior (-2,05%) ao período anterior, devido à redução do resultado líquido;
- O Resultado Líquido do Exercício ascendeu a 245,8 milhões CVE, uma redução de 30,3% explicada sobretudo por:
 - menor contributo de ganhos extraordinários,
 - aumento dos custos variáveis de *acquiring*,
 - maiores amortizações,
 - crescimento moderado dos gastos com pessoal.
- A SISP manteve solidez prudencial, apresentando rácios robustos: solvabilidade de 63,3%, cobertura do imobilizado superior a 506,1% e liquidez confortável.

Adicionalmente o Conselho Fiscal procedeu à análise do Relatório de Gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, e concluiu que a mesma expõe de uma forma clara e objetiva a evolução do negócio e o desempenho da Sociedade.

4. Declaração de concordância e conformidade

Da análise efetuada o Conselho Fiscal conclui que:

- ❖ O Relatório de Gestão, elaborado em concordância com as Contas do exercício, é esclarecedor sobre a evolução do negócio da SISP que apresenta um desempenho positivo não obstante a redução do resultado líquido, bem como dos indicadores de rentabilidade, eficiência operacional e prudencial, comparativamente ao período homólogo;
- ❖ As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos utilizados são globalmente adequados, não tendo ocorrido, no decurso do ano de 2025, alterações voluntárias relevantes de políticas contabilísticas;



- ❖ As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira da SISP em 31 de dezembro de 2025 dos seus resultados, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa sendo que os mesmos refletem, adequadamente a posição financeira da Sociedade;
- ❖ A posição financeira da SISP está apoiada em registos contabilísticos apropriados; e
- ❖ No que respeita à aplicação dos resultados do exercício, atendendo à inexistência de consenso, no seio do Conselho de Administração, quanto à percentagem do Resultado Líquido a distribuir sob a forma de dividendos, o Conselho Fiscal considera que a decisão deverá ser tomada pelos Acionistas em Assembleia Geral, recomendando que a mesma observe princípios de prudência, assegure o equilíbrio entre a remuneração do capital investido e o reforço dos Fundos Próprios, e seja compatível com a sustentabilidade financeira e estratégica da Sociedade.

5. Parecer

Face ao exposto o Conselho Fiscal recomenda aos acionistas a aprovação:

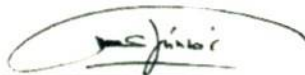
- a) Do relatório de gestão;
- b) Das demonstrações financeiras do exercício de 2025; e
- c) Da aplicação dos resultados do exercício, nos termos e condições a deliberar pelos Acionistas em Assembleia Geral, à luz de princípios de prudência, sustentabilidade financeira e adequado equilíbrio entre a remuneração do capital investido e o reforço dos fundos próprios da Sociedade.

O Conselho Fiscal é igualmente do parecer de que a gestão da Sociedade foi conduzida com rigor, transparência e preocupação com a sustentabilidade económica e financeira, bem como com a segurança e resiliência do sistema de pagamentos nacional.

Finalmente, o Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos ao Conselho de Administração, à Diretora-Geral Interina da SISP bem como aos Colaboradores da SISP com quem mais diretamente contactou, pela excelente colaboração dispensada no exercício das suas funções.

Praia, 17 de março de 2026.

O CONSELHO FISCAL



Manuel Sanches Tavares Junior



Mónica Vitoria do Espírito Santo Correia Garcia



Ana Elizabeth Pires Carvalho Vicente

Parecer do Auditor Externo



Relatório do Auditor Independente

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A. (a Sociedade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 2.663.015.814 escudos de Cabo Verde (CVE) e um total de capital próprio de 1.730.040.226 CVE, incluindo um resultado líquido de 245.809.437 CVE), a Demonstração de Resultados por Natureza, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o sistema de normalização contabilística e de relato financeiro para Cabo Verde.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” deste relatório. Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos do Código de Ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, o qual foi elaborado em respeito aos princípios e normas do Código de Ética para Contabilistas e Auditores, editada pela Comissão Internacional de Normas de Ética para Contabilistas e Auditores (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Reconhecimento do rédito - comissões cobradas aos clientes

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
A rubrica Prestação de Serviços e Vendas totaliza a 31 de dezembro de 2025 um valor de 1.961.523.040 CVE. O detalhe das Prestação de Serviços e Vendas e as políticas contabilísticas utilizadas são divulgadas nas notas anexas às demonstrações financeiras (Notas 3.7 e 14). O reconhecimento do rédito relativo a comissões cobradas aos clientes tem por base um tarifário anual que é definido e aprovado em Assembleia Geral. Esse tarifário é posteriormente carregado de forma manual nos sistemas informáticos da Sociedade. Tendo em consideração o processo manual associado ao reconhecimento do rédito, consideramos este tema como uma matéria relevante de auditoria.	A nossa abordagem de auditoria incluiu, entre outros, a execução dos seguintes procedimentos: - avaliação do desenho e teste à efetividade dos procedimentos de controlo relevantes instituídos pela SISP no processo de revisão do preçário e respetivo reflexo nos sistemas de informação; - realização de procedimentos substantivos analíticos sobre os saldos das rubricas de Vendas e Prestações de Serviços comparando-os com o período homólogo e com a expectativa formada, dos quais são de destacar o entendimento das variações ocorridas no volume de negócios da Sociedade e alterações de comissões; e - teste à apropriação do rédito reconhecido no exercício.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Sociedade se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha intenção de liquidar a Sociedade ou cessar as operações ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades; e
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

OUTRA INFORMAÇÃO

Sobre o relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação de outra informação. Esta outra informação compreende o Relatório de Gestão, que não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório sobre as mesmas e que obtivemos antes da data do nosso relatório.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante no Relatório de Gestão e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do Relatório de Gestão e, em consequência, considerar se a informação nele contida é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efetuado sobre a outra informação que obtivemos antes da data do nosso relatório, concluirmos que existe uma distorção material no Relatório de Gestão, exige-se que relatem sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Praia, 31 de março de 2026

EY Cabo Verde - Auditores e Consultores - Sociedade de
Auditores Certificados, Lda.
Representada por:



Luis Alberto da Silva Aguiar
Auditor Certificado na OPACC com o n.º 41



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto
Partner



Relatório & Contas **2025**

SISP, S.A.

Sociedade Interbancária e Sistemas Pagamentos, S.A.